

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Agreste de Alagoas

2011

Governo Federal

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Afonso Bandeira Florence

Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Márcia da Silva Quadrado

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Celso Lisboa de Lacerda

Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial

Jerônimo Rodrigues Souza

Secretário Nacional de Agricultura Familiar

Laudemir André Muller

Secretário Nacional de Reordenamento Agrário

Adhemar Lopes de Almeida

Delegada Federal do MDA do Estado de Alagoas

Sandra Lúcia dos Santos Lira

Departamento das Ações Territoriais

Fernanda Corezola e Carlos Osório

Articulador Regional da SDT

Henrique Farias

Articuladores Estaduais da SDT

Valdivam santos e Thacya Silva

Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Agreste - AL

Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial

Núcleo Técnico do Colegiado Territorial

Assessor (a) Técnico (a) Territorial

Moisés Leandro

Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano - IADH

Conselho Gestor do IADH

Silvana Parente, Tania Zapata e Zenaide Bezerra

Gerente Administrativo/financeira do IADH

Bevânia Nascimento

Equipe Administrativa do IADH

Jéssica Brito, Marcelo Alves e Marcelo Bezerra

Assessoria de comunicação

Patrícia paixão

Coordenadora Técnica do Projeto IADH / SDT

Jeanne Duarte

Moderação das oficinas e elaboração da Versão Inicial do PTDRS

Theresa Siqueira

Elaboração do Resumo Executivo e Qualificação Final do PTDRS

Jeanne Duarte e Nazaré Cavalcanti

Fotografias

Edmar Melo

Sumário

1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	9
2. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL.....	15
2.1 - DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL.....	15
2.1.1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH M.....	15
2.1.2 Situação da Educação no Território	17
2.1.3 Situação da Saúde no Território	23
2.1.4 - Situação da Cultura no Território.....	28
2.1.5 Organizações Sociais existentes no território.....	32
2.2 - DIMENSÃO AMBIENTAL.....	36
2.2.1- Características Geoambientais.....	36
2.2.2- Características Antrópicas.....	37
2.2.3- Políticas Públicas para o Meio Ambiente.....	38
2.3 - DIMENSÃO SÓCIO-ECONÔMICA	39
2.3.1 - Índices Sócio-econômicos.....	39
2.3.2 – Programa Bolsa Família.....	41
2.3.3 – Estrutura Agrária	42
2.3.4 – Atividades da Economia.....	46
2.3.5 - Principais Atividades agropecuárias	48
SERVIÇOS SOCIAIS E DE APOIO À PRODUÇÃO	55
3. VISÃO DE FUTURO (2010 - 2020).....	57
4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	60
5. DIRETRIZES	62
6. EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	64
7. PROGRAMAS E PROJETOS.....	66
8. PROPOSTA DE GESTÃO DO PLANO TERRITORIAL	72
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL	78

Introdução

Introdução

Em 2003 o Governo Federal criou através da SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, o PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.

No conceito adotado pela SDT, Território é

“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (SDT/MDA, 2004).

A partir de 2003, vários atores sociais se organizam e se articulam em torno do pensar e agir territorialmente. As reuniões municipais, o levantamento das informações nos municípios, o fortalecimento dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, a sensibilização e mobilização tanto da sociedade civil quanto dos gestores públicos em torno das questões relacionadas à agricultura foram importantes passos para a consolidação do território do Agreste. Em 2004 houve a homologação do território do Agreste pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – CEDAFRA Alagoas. Em maio do mesmo ano, foi constituída a CIAT – Comissão de Instalação das Ações Territoriais, composta por diversos atores sociais, com a missão de coordenar o processo participativo de construção do primeiro PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (o qual foi concluído em 2006).

O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania. Este programa tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Com o Programa Territórios da Cidadania, o território passa a ser denominado Território da Cidadania do Agreste, onde seu colegiado de gestão denomina-se CODETER- Colegiado de Desenvolvimento Territorial. Dois municípios se agregaram ao território, a partir de reivindicação própria e do referendo do colegiado.

A ampliação da atuação de outros ministérios no processo de desenvolvimento territorial reforça o desafio da sensibilização, articulação e envolvimento de outros

atores territoriais, facilitando assim a atuação territorial diante das outras dimensões do desenvolvimento sustentável, garantindo a intersectorialidade das ações.

A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia, sendo grande o desafio do envolvimento de novos atores sociais.

Em 2009/2010, inicia-se o processo de revisão do PTDRS anterior (de 2006). Este processo recebeu o apoio da entidade parceira IADH (Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano) e da SDT. Foram realizadas 3 oficinas com vários atores sociais do território. As oficinas tiveram como objetivos: Sensibilizar e comprometer os membros do Núcleo Técnico e Diretivo do colegiado territorial para a participação no processo de qualificação do PTDRS; Socializar e discutir a estratégia de qualificação do PTDRS do território; Fortalecer as formas de expressão das marcas de identidade territorial (RECASA, INFANCIA, JUVENTUDE, GENERO); Atualizar e Validar o diagnóstico; Assegurar os pactos do colegiado para a gestão; Consolidar os projetos estratégicos.

Os membros do Colegiado Territorial, presentes nas oficinas de revisão do PTDRS, reconstróem o seu conceito de Território, enquanto:

“um espaço geográfico definido que agrupa 18 Municípios do Agreste, nesse espaço está organizado um colegiado composto pelo poder público e sociedade civil. Espaço geográfico com semelhante identidade econômica, cultural, política ambiental; espaço que junta diversos atores da sociedade civil e poder público em torno do desenvolvimento sustentável; espaço de potencialidades e fragilidades com possibilidade de autodesenvolvimento. A consolidação desse espaço territorial precisa de objetivos e de uma ação coletiva mais efetiva”.

Então, este Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Agreste Alagoano serve como um instrumento norteador para as ações territoriais, se constituindo também como um instrumento de comunicação, mobilização e articulação inter e intraterritorial.

Vale ressaltar que neste contexto territorial, surgem novos desafios para o processo de desenvolvimento sustentável, a partir da multidimensionalidade desse desenvolvimento. Percebe-se essa preocupação territorial, a partir dos caminhos apontados nesse documento. A mobilização em torno da educação contextualizada é um exemplo disso. Como afirma o consultor territorial da SDT:

“Há um entendimento corrente do colegiado de que o Território do Agreste Alagoano discuta projetos diversificados e diferenciados, que não apenas atendam às cadeias produtivas da mandioca e do leite, mas que também foquem a fruticultura, a horticultura a piscicultura, grãos e sementes, já nos projetos PROINF/2009 essa tendência já era apresentada.” (SANTOS, 2010 IICA/MDA)

Este processo de revisão possibilita a ampliação do olhar territorial para outras dimensões do desenvolvimento sustentável. Este PTDRS além de apontar caminhos para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento territorial de base social, popular e sustentável também pretende contemplar a multidimensionalidade desse desenvolvimento.

Este documento é apenas uma síntese do processo participativo e das contribuições dos atores sociais que cotidianamente constroem esse processo territorial no agreste alagoano.

Este documento por si só não tem a pretensão de ser único nem definitivo. Ele é um elemento participativo de acompanhamento das mudanças e da caracterização dos avanços ou entraves vividos pelos diversos atores no território. Ele também não pretende esgotar a apresentação dos dados e análises socioeconômicas, trazendo-os sim de forma a abrir horizontes para pesquisas mais detalhadas, caso houver necessidade. Porém, ele permite, através de um condicionamento cíclico, sofrer ajustes e avaliações no decorrer do seu processo, sempre que novos elementos possam ser levantados. Sendo assim, cabe à sociedade civil (em conjunto com os poderes públicos local, estadual e federal), dele se apropriar e utilizá-lo como ferramenta de transformação que venha a gerar melhoria na qualidade de vida da população do território.

Capítulo 1

Caracterização do Território

1. Caracterização do Território

O território do Agreste Alagoano possui uma área de 5.271 km² que corresponde a aproximadamente 19% da área do Estado de Alagoas, que é de 27.793,343 km², segundo dados do IBGE.

O território do Agreste Alagoano está formado por 19 municípios (dezenove), os quais são: Arapiraca, Campo Alegre, Campo Grande, Craíbas, Coité do Nóia, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igací, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho D'Água Grande, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Taquarana, Traipu, Teotônio Vilela, Tanque D'arca.

A identidade territorial está caracterizada por sua história; pela mesma região fisiográfica; pela estrutura fundiária semelhante, com predominância da pequena propriedade; pela economia baseada na agricultura de subsistência (milho, feijão, inhame, batata-doce); como também na agricultura de mercado (fumo, algodão, mandioca); na pecuária (bovino de corte e de leite, ovinocultura).

(Falar da ocupação histórica do território)

Ano de Instalação dos municípios

Os municípios mais antigos são Palmeira dos Índios e Traipu, ambos instalados em 1835. O mais recente é o município de Estrela de Alagoas cuja instalação data de 1993, conforme dados do Portal ODM abaixo transcritos:

Tabela 01-Ano de Instalação dos municípios do Território Agreste de

Alagoas

Municípios	Ano de instalação
Arapiraca	1924
Campo Alegre	1960
Campo Grande	1960
Craíbas	1982
Coité do Nóia	1966
Estrela de Alagoas	1993
Feira Grande	1954
Girau do Ponciano	1958
Igací	1957
Junqueiro	1947
Lagoa da Canoa	1962
Limoeiro de Anadia	1882
Olho D'Água Grande	1962
Palmeira dos Índios	1835
São Sebastião	1960
Taquarana	1962
Traipu	1835
Teotônio Vilela	1987
Tanque D'arca	1962

Fonte: IBGE 2010

Aspectos Demográficos

Segundo dados do IBGE 2010, o Território do Agreste de Alagoas apresenta, em 2010, uma população total de 676.407 (seiscentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sete) habitantes. Desse total, 49% são homens e 51% são mulheres.

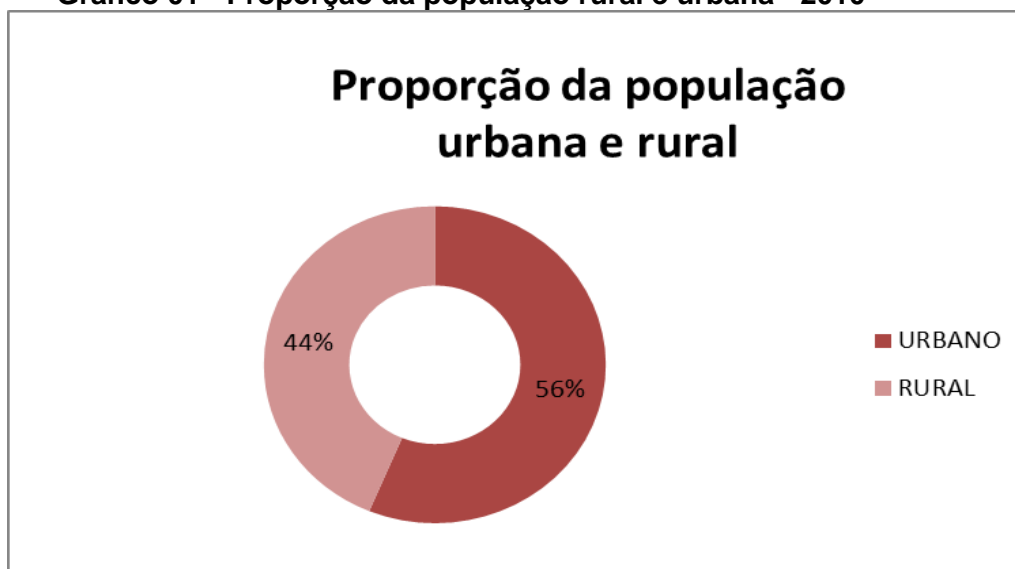
A taxa média de urbanização é de 56, %, representando que 380.604 pessoas que vivem nas áreas urbanas do território. Os municípios Arapiraca e Teotônio Vilela são os que apresentam maior taxa de urbanização, ambos com 85 %, respectivamente, enquanto que os municípios de Limoeiro de Anadia e Feira Grande apresentam as menores taxas, com 8 %e 16% respectivamente. Ver gráficos e tabela abaixo:

Tabela 02 - População Urbana e Rural; População por Gênero; e Densidade Demográfica

Municípios	População Total	Número de Homens	Número de mulheres	População urbana	População Rural	Densidade Demográfica 2010
Arapiraca	214.067	101.901	112.166	181.562	32.505	609,88
Campo Alegre	50.831	25.031	25.800	22.170	28.661	165,04
Campo Grande	9.032	4.436	4.596	4.185	4.847	54,41
Craíbas	22.643	11.155	11.488	7.331	15.312	82,34
Coité do Nóia	10.926	5.421	5.505	3.737	7.189	124,16
Estrela de Alagoas	17.254	8.398	8.856	4.031	13.223	65,36
Feira Grande	21.325	10.562	10.763	3.425	17.900	136,70
Girau do Ponciano	36.625	18.176	18.449	11.298	25.327	72,96
Igací	25.197	12.275	12.922	6.193	19.004	75,44
Junqueiro	23.854	11.754	12.100	7.819	16.035	93,91
Lagoa da Canoa	18.253	8.973	9.280	9.165	9.088	177,21
Limoeiro de Anadia	26.992	13.424	13.568	2.246	24.746	85,42
Olho D'Água Grande	4.957	2.463	2.494	1.203	3.754	41,66
Palmeira dos Índios	70.434	33.621	36.813	51.655	18.779	152,79
São Sebastião	32.007	15.852	16.155	12.306	19.701	104,60
Taquarana	19.020	9.237	9.783	7.314	11.706	114,58
Traipu	25.710	12.953	12.757	8.035	17.675	36,83
Teotônio Vilela	41.158	20.168	20.990	34.789	6.369	138,11
Tanque D'arca	6.122	3.020	3.102	2.140	3.982	39,24
Território	676.407	328.820	347.587	380.604	295.803	119,25

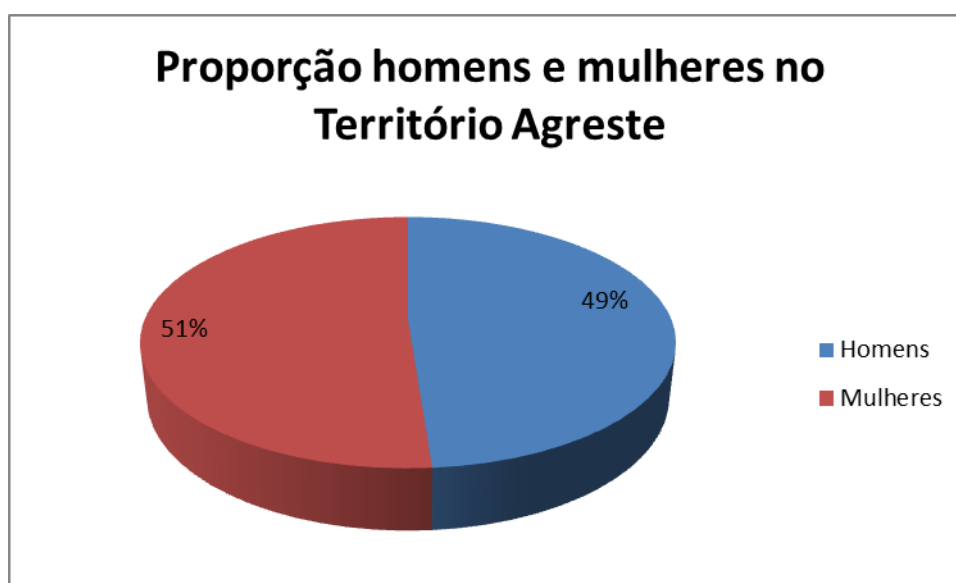
Fonte: IBGE 2010

Gráfico 01 - Proporção da população rural e urbana - 2010



Fonte: IBGE 2010

Gráfico 02 - Proporção da população feminina e masculina -2010



Fonte: IBGE 2010

Com relação aos aspectos demográficos, faz-se necessário refletir sobre o que é urbano e rural, quando se trata de pequenas cidades. Trazer a realidade dos povoados e dos pequenos municípios que terminam sendo obscurecidos quando agregam os dados por território. É válido reservar um momento para que o colegiado reflita sobre a Classificação do IBGE, sobre o que é Rural ou Urbano e se aprofundar no conceito de ruralidade(s). Essas reflexões apontam para a valorização do espaço do campo, onde o direcionamento das políticas públicas termina sendo voltado para estas classificações. Faz-se necessário refletir sobre essa classificação. Por exemplo, as escolas

“consideradas urbanas em pequenas cidades”, será que são urbanas ou podemos considerar todas como escolas do campo?

Nas plenárias de revisão do PTDRS, foram sendo formuladas as seguintes questões: População urbana e rural – como o coletivo territorial pode criar a possibilidade de discutir e aprofundar essas questões. Qual a Identidade territorial? Como influenciar nas políticas públicas com a identidade territorial, por exemplo: escolas nos assentamentos, como influenciar no projeto político pedagógico dessas escolas?

Estes questionamentos construídos durante a revisão deste PTDRS refletem a necessidade do colegiado territorial promover espaços para reflexões a cerca do tema.

Os municípios do território que apresentam as maiores densidades demográficas são Arapiraca (609,88 hab/km²) e Lagoa da Canoa (177,21 habitantes/ km²), conforme tabela anterior. A grande concentração em Arapiraca se justifica pelo setor da prestação de serviços, o que tem sido fator atrativo para a população desempregada dos municípios circunvizinhos.

Capítulo 2

Diagnóstico Territorial

2. Diagnóstico Territorial

A construção do Diagnóstico Territorial se deu por meio de oficinas de avaliação participativa e análise técnica da assessoria, buscando-se sensibilizar e comprometer os membros do colegiado territorial para a participação no processo de revisão do PTDRS. No Diagnóstico serão abordadas as principais Dimensões do Desenvolvimento, as quais são: Dimensão Sócio-Cultural; Dimensão Ambiental; e Dimensão Econômica.

2.1 - Dimensão Sócio-Cultural

Na Dimensão Sociocultural destacam-se as informações sobre a realidade do território relacionadas ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, a Educação, Saúde, Cultura, e as Organizações Sociais existentes no território.

2.1.1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH M

O índice de Desenvolvimento Humano foi criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. Foi publicado pela primeira vez em 1990.

Analisa as condições de vida de uma população, através das condições de renda, longevidade e educação. A longevidade utiliza números de expectativa de vida ao nascer. A educação é avaliada pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um (IDH até 0,499 – Desenvolvimento Humano baixo; IDH entre 0,500 e 0,799, médio; acima de 0,800, alto).

De um modo geral o território apresentou um crescimento no seu IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), entre os anos de 1991 e 2000.

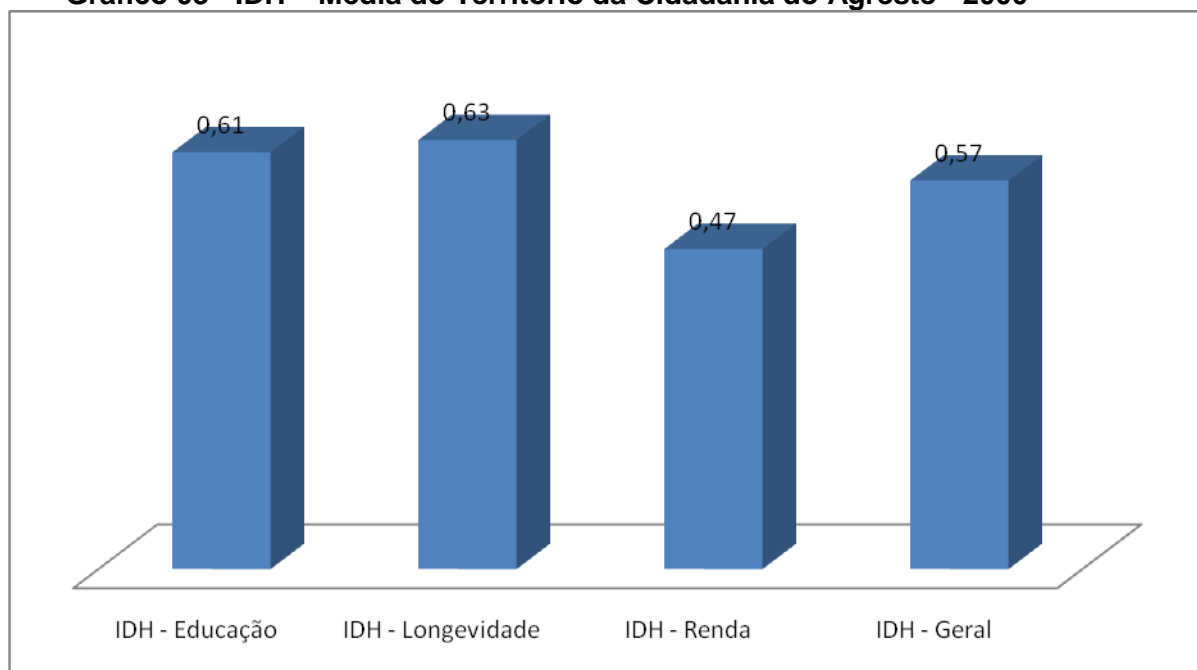
Os municípios de Palmeira dos Índios (0,67) e Arapiraca (0,66) se destacaram como os municípios que apresentaram melhores Índices de Desenvolvimento Humano no ano de 2000. Por outro lado, o município de Traipu apresentou o menor valor daquele índice no território, durante esse período. Ver tabela e gráfico a seguir:

Tabela 3 - Índices de desenvolvimento humano do território do Agreste - 2000

Município	IDH-M	IDH-M		
		Longevidade	Educação	Renda
Arapiraca	0,66	0, 650	0, 734	0, 584
Campo Alegre	0,60	0,664	0,649	0,473
Campo Grande	0,55	0, 637	0, 552	0, 452
Coité do Nóia	0,57	0, 637	0, 607	0, 464
Craíbas	0,55	0, 637	0, 571	0, 450
Estrela de Alagoas	0,55	0, 610	0, 598	0, 428
Feira Grande	0,56	0, 626	0, 575	0, 478
Girau do Ponciano	0,54	0, 582	0,583	0,441
Igací	0,54	0,599	0,601	0,419
Junqueiro	0,62	0,674	0,66	0,506
Lagoa de Canoa	0,58	0,634	0,644	0,58
Limoeiro de Anadia	0,57	0,637	0,606	0,465
Olho D'Água Grande	0,54	0,657	0,554	0,42
Palmeira dos Índios	0,67	0,717	0,714	0,568
São Sebastião	0,57	0,630	0,581	0,484
Tanque D'arca	0,59	0,668	0,618	0,473
Taquarana	0,58	0,669	0,613	0,465
Teotônio Vilela	0,57	0,541	0,651	0,51
Traipu	0,48	0,515	0,526	0,397
MÉDIA TERRITORIAL	0,57	0,63	0,61	0,48

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano 2000

Gráfico 03 - IDH – Média do Território da Cidadania do Agreste - 2000



Fonte: IBGE/CNM

2.1.2 Situação da Educação no Território

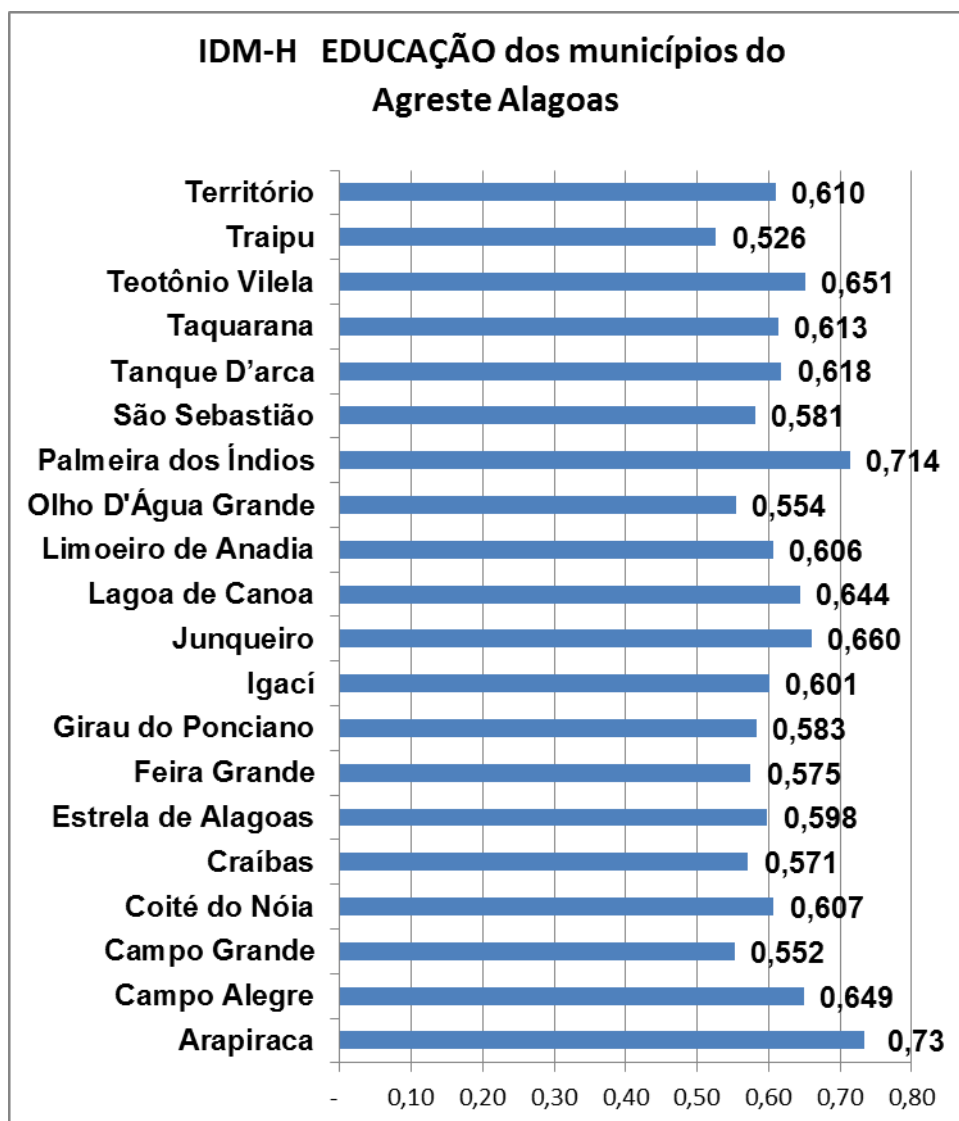
Por sua relevância social, a educação é tema central nos debates nacionais, sendo destacada como área prioritária nas políticas de governo.

Índice de Desenvolvimento Humano - Educação

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação, o IDHM-Educação, é um sub-índice do IDH, relativo à Educação. Ele é obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola. Quando o índice se aproxima do número 1, então o município é considerado como tendo um bom índice de Desenvolvimento Humano, no tocante à Educação.

No território do Agreste de Alagoas, a média do IDHM – E é 0,61. Os municípios de Arapirapa (0,73) e Palmeira dos Índios (0,71) são os que apresentam os melhores índices, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano. Ver gráfico a seguir:

Gráfico 04- IDHM - Educação dos municípios do Agreste Alagoas -2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

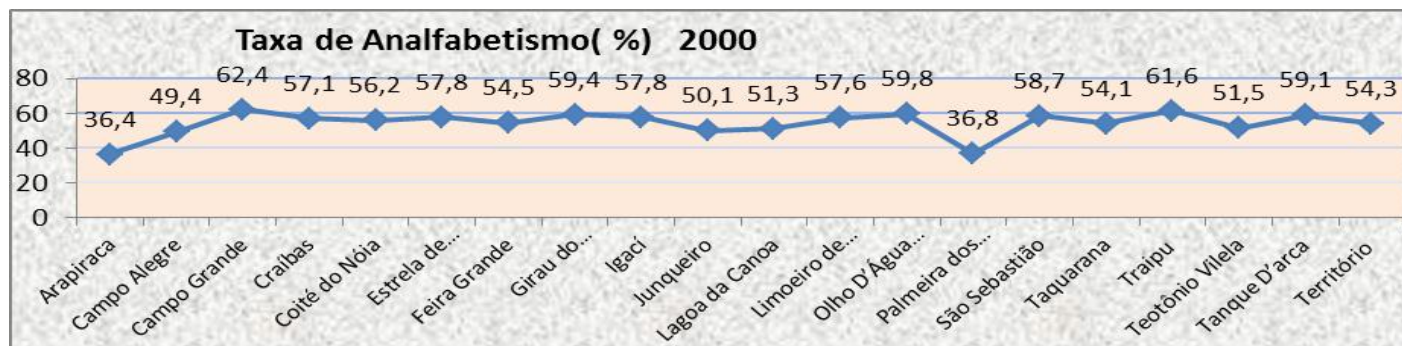
Analfabetismo

Alagoas apresenta dados preocupantes quanto a isso, pois o índice de analfabetismo no Estado, em 2007, atingia 25,14% da população acima de 15 anos de idade, segundo dados do PNAD/IBGE, num total de 567 mil analfabetos. Nesse contexto, a transformação da realidade educacional de Alagoas passa, necessariamente, pela superação do analfabetismo

A nível municipal, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000, os municípios que apresentavam as menores taxas de analfabetismo eram Arapiraca (36,4%) e Palmeira dos Índios (36,8%) e as maiores taxas ficaram com os municípios de

Campo Grande (62,4) e Traipu(61,6). O Território apresentava uma média de 54,3% no mesmo ano.

Gráfico 05 – Taxa de Analfabetismo –Território Agreste Alagoas



Estabelecimentos de Ensino

Dados demonstram que, em 2009, no Território Agreste de Alagoas existem 191.000 (cento e noventa e um mil) alunos matriculados, sendo na esfera municipal 69,45% (132.655 alunos), na esfera estadual 22,05% (42.123 alunos), na esfera federal 0,33% (622 alunos) e no setor privado 8% (15.600 alunos). Em relação aos níveis de ensino, são 142.379 matrículas no ensino fundamental, 30.443 matrículas no ensino médio e 18.228 no pré-escolar. Observar tabela a seguir:

Tabela 04– Número de Estabelecimentos por Dependência Administrativa e nível de ensino – Território do Agreste - 2009

Municípios	TOTAL	Ensino Fundamental				Ensino Médio				Total	Pré- escolar			Total
		Estadual	Municipal	Privado	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado		E	M	P	
Arapiraca	54.607	6.601	25.913	6.940	39.454	-	9.400	-	1.962	11.362	40	2.399	1.352	3.791
Campo Alegre	11.055	671	7.747	187	8.605	-	1.265	-	-	1.265	-	1.089	96	1.185
Campo Grande	3.026	-	2.804	-	2.804	-	-	-	-	-	-	222	-	222
Coité do Nóia	3.380	186	2.476	-	2.662	-	364	-	-	364	-	354	-	354
Craíbas	6.652	-	5.214	115	5.329	-	802	-	-	802	-	494	27	521
Estrela de Alagoas	4.405	293	3.259	-	3.552	-	402	-	-	402	-	451	-	451
Feira Grande	6.051	572	4.310	-	4.882	-	624	-	-	624	7	538	-	545
Girau do Ponciano	12.906	846	7.860	338	9.044	-	1.944	-	173	2.117	-	1.625	120	1.745
Igaci	7.603	798	4.708	-	5.506	-	896	579	11	1.486	20	591	-	611
Junqueiro	7.838	199	5.594	84	5.877	-	797	128	-	925	-	992	44	1.036
Lagoa de Canoa	5.326	83	3.835	65	3.983	-	829	-	-	829	-	499	15	514
Limoeiro de Anadia	6.773	110	4.711	-	4.821	-	-	1.205	-	1.205	-	747	-	747
Olho D'Água Grande	1.758	77	1.433	-	1.510	-	-	-	-	-	-	248	-	248
Palmeira dos Índios	21.413	5.172	7.223	2.107	14.502	622	3.771	-	575	4.968	161	1.371	411	1.943
São Sebastião	9.476	118	7.597	166	7.881	-	854	-	-	854	19	709	13	741

Tanque D'arca	1.661	287	996	-	1.283	-	215	-	-	215	-	163	-	163
Taquarana	5.522	120	3.828	-	3.948	-	893	-	-	893	-	681	-	681
Teotônio Vilela	13.461	-	9.930	574	10.504	-	1.395	-	-	1.395	-	1.462	100	1.562
Traipu	8.087	605	5.565	62	6.232	-	687	-	-	687	-	1.105	63	1.168
Total do Território	191.000	16.738	115.003	10.638	142.379	622	25.138	1.912	2.721	30.393	247	15.740	2.241	18.228

Fonte: IBGE 2009

Além da rede de escolas do ensino fundamental e médio, fazem parte do território os Campus da Universidade Federal de Alagoas em Arapiraca e Palmeira dos Índios, o Instituto Federal de Alagoas (antigo Centro Federal de Ensino Tecnológico – CEFET), em Palmeira dos Índios, a Universidade Estadual de Alagoas (Antiga Fundação Estadual de Ensino Superior do Agreste – FUNESA) com sede em Arapiraca e cursos em vários municípios do Estado; além de cursos superiores presenciais e a distância de universidades e faculdades privadas.

Reflexões finais sobre a Educação

De acordo com a articuladora da Rede de Educação Contextualizada do Agreste e do Semiárido, Cristianlex Soares, vale a pena refletir sobre alguns aspectos da situação educacional do território do agreste. Como exemplo, destaca-se que a partir dos dados apresentados, apesar de ainda conter baixos indicadores sociais educacionais, o Território do Agreste em Alagoas tem tido vários avanços na Educação, especificamente ao que se refere à discussão sobre Educação para Sustentabilidade. Neste sentido, Estrela de Alagoas é um dos municípios pioneiros na discussão, seguido por Igaci e Arapiraca.

“Atualmente, existe um núcleo considerável de educadores que vem repensando as propostas de intervenção pedagógica. Esse processo ocorre mediante as políticas instituídas pelos governos estadual e federal que vem apoiando a educação do campo como uma possibilidade de melhoria dos indicadores educacionais e sociais. Não se pode deixar de enfatizar que este mesmo núcleo de profissionais e mobilizadores sociais vêm sendo animados através do ingresso na RECASA – Rede de Educação Contextualizada do Agreste e Semiárido. Esta rede tem atuado como um espaço de troca de experiências, formação continuada seguida de um monitoramento voluntário das instituições envolvidas e elevação da auto-estima dos envolvidos, pois nada se constrói sem que as pessoas estejam motivadas. A educação no agreste tem seu ponto forte ainda nos programas governamentais, porém percebe-se que há um desejo coletivo de se criar uma autonomia através da criação de projetos considerados inovadores como é o caso do Projeto “A saúde vem da Terra”. Este é um projeto que é realizado em uma escola da zona rural de Arapiraca e que, junto a outras experiências alocadas no território a partir dos demais municípios, tem se desafiado a criar possibilidades de fazer o diferencial, dando sentido ao que a escola pode oferecer. Vale ressaltar também que nos últimos 10 meses vem

acontecendo uma grande mobilização em torno da educação através do Projeto de Educação Contextualizada do Agreste financiado pelo MDA e executado pela Associação de Agricultores Alternativos – AAGRA, uma das entidades parceiras da RECASA. Nesta experiência, foram 13 seminários já realizados envolvendo gestores, educadores, lideranças comunitárias e pais em prol da construção de uma escola diferente que respeite as especificidades da região e puxe um diálogo com as questões de sustentabilidade. Neste sentido, é possível ver no fim do túnel uma possibilidade do tão falado desenvolvimento sustentável territorial, onde a educação não é uma caixinha e as demais áreas/setores são outros, mais, sobretudo um conjunto de forças que se unem para proporcionar qualidade nos serviços oferecidos.” (SOARES, 2010)

Nos momentos de planejamento da RECASA foram levantadas as seguintes demandas para o território:

- Formação continuada em Educação Contextualizada para coordenadores e professores;
- Produção de material didático contextualizado;
- Aquisição de equipamentos que facilite as atividades das comissões municipais de educação do campo;
- Maior responsabilidade dos gestores públicos para com a educação do campo;
- Que os coordenadores da educação do campo não sejam rotativos;
- Incentivo a ações/projetos de sustentabilidade envolvendo pais de alunos a partir do potencial das comunidades rurais.

2.1.3 Situação da Saúde no Território

Os níveis de saúde da população são reflexos da organização social do país (Lei orgânica da Saúde, nº 8.080/90), pois para se ter uma vida saudável é necessário, antes de tudo, manter conjuntamente uma boa qualidade de vida nos aspectos do bem estar físico, mental e social.

Dessa forma, a reflexão sobre a concepção de saúde, atualmente, é necessária, pois a saúde hoje tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Mortalidade Infantil

Mortalidade Infantil consiste nas mortes de crianças durante o seu primeiro ano de vida e é a base para calcular a taxa de mortalidade infantil observada durante um

ano, referida ao número de nascidos vivos do mesmo período. É o indicador que melhor expressa o padrão de saúde de uma população, estando estreitamente relacionada às condições ambientais nas quais residem as crianças, à oferta dos serviços de saúde, à educação e à renda, e, sobretudo, às deficiências nutricionais.

No território, em 2003 a média da taxa de mortalidade infantil era de 36,4 % e em 2009 baixou para 20,7. Este declínio foi comum em quase todos os municípios, com exceção de Campo Alegre e Tanque D'Arca que tiveram suas taxas aumentadas de 29,8% para 32,7% e de 9,9% para 23,8% respectivamente. O maior declínio no período aconteceu no município de Campo Grande cuja taxa em 2003 era 62,8% e em 2009 passou para 10,1%. Em 2009 a menor taxa ficou com Coité do Nóia, com 5,2% e a maior ficou com Campo Alegre, já citada.

Tabela 05 – Mortalidade de crianças menores de 5anos, em cada 1.000 nascidas vivas –Agreste de Alagoas

Municípios	Taxa Mortalidade Infantil 2003	Taxa Mortalidade Infantil 2009
Arapiraca	27,3	20,1
Campo Alegre	29,8	32,7
Campo Grande	62,8	10,1
Craíbas	43,8	18,4
Coité do Nóia	44,1	5,2
Estrela de Alagoas	55,6	33,0
Feira Grande	34,0	18,8
Girau do Ponciano	31,3	30,9
Igaci	39,9	18,9
Junqueiro	30,4	23,8
Lagoa da Canoa	38,5	27,6
Limoeiro de Anadia	32,2	16,8
Olho D'Água Grande	53,2	10,0
Palmeira dos Índios	27,7	19,4
São Sebastião	26,0	20,2
Taquarana	49,6	19,6
Traipu	28,8	21,1
Teotônio Vilela	26,7	23,2
Tanque D'arca	9,9	23,8
TERRITÓRIO	36,4	20,7

Morbidades Hospitalares:

Morbidade é a taxa de portadores de determinada doença em relação à população total estudada, em determinado local e em determinado momento.

Em 2009, segundo dados do IBGE, em 12 dos 19 municípios não constam informações referentes a morbidade . Houve registros de ocorrências de morbidade nos demais municípios, em torno de 1.097, sendo a maior incidência referente a doenças do aparelho circulatório, com 522 ocorrências e 210 do aparelho respiratório. O restante refere-se a doenças do aparelho digestivo, doenças infecciosas endócrinas e outras.

Desnutrição infantil

A desnutrição é uma doença causada pela dieta inapropriada, hipocalórica e hipoprotéica. Também pode ser causada por má absorção de nutrientes ou anorexia.

Segundo dados do portal ODM, o resultado na tabela abaixo se refere ao percentual de crianças desnutridas em relação às crianças pesadas pelo Programa Saúde Família comparando o período 2003- 2010. Nota-se que de 2003 até 2010 houve uma diminuição significativa nas taxas de desnutrição, no território. No ano de 2003 a média do território era 13,3%, e em 2010 passou para 3,18%.

Em 2010, o município de Campo Alegre (7,2%) era o que apresentava a maior taxa de desnutrição no Território do Agreste de Alagoas. .Houve uma redução bastante significativa em todo dos municípios do Território, sendo que a menor taxa do Território foi 1,3 % (município Arapiraca) e, em seguida, 1,7 % (município de Limoeiro de Anadia) e 1,8% (Olho D'Água Grande e Girau do Ponciano). Ver Tabela a seguir:

**Tabela 06 - Taxa de desnutrição de crianças menores de 2 anos-
Agreste de Alagoas**

Municípios	2003	2010
Arapiraca	13,0	1,3
Campo Alegre	14,8	7,2
Campo Grande	9,6	4,2
Craíbas	11,3	2,2
Coité do Nóia	10,2	2,3
Estrela de Alagoas	15,1	4,1
Feira Grande	10,1	2,4
Girau do Ponciano	15,0	1,8
Igaci	16,4	4,5
Junqueiro	13,9	3,1
Lagoa da Canoa	12,9	2,4
Limoeiro de Anadia	15,2	1,7
Olho D'Água Grande	12,2	1,8
Palmeira dos Índios	14,1	2,9
São Sebastião	12,8	4,4
Taquarana	10,6	3,4
Traipu	13,8	3,2
Teotônio Vilela	16,3	4,6
Tanque D'arca	15,3	2,9
Média do Território	13,3	3,18

Fonte: Portal ODM, 2009

Infraestrutura e serviços

Segundo dados do IBGE/ Cidades, em 2009, são 380 (trezentos e oitenta) estabelecimentos de saúde no território, sendo 314 da rede pública e 66 (sessenta e seis). A rede de saúde privada nos municípios está presente em apenas 4 municípios do território, em Arapiraca (44), Coité do Nóia (1), Palmeira dos Índios (20) e Teotônio Vilela (1), num total de 66 (sessenta e seis) estabelecimentos privados.

Tabela 07 - Número de estabelecimentos de saúde -Território do Agreste – 2009

Municípios	Total	Estabelecimentos de saúde Públicos	Estabelecimentos de saúde Privados
Arapiraca	85	41	44
Campo Alegre	10	10	0
Campo Grande	10	10	0
Craíbas	13	13	0
Coité do Nóia	12	11	1
Estrela de Alagoas	13	13	0
Feira Grande	13	13	0
Girau do Ponciano	12	12	0
Igací	13	13	0
Junqueiro	13	13	0
Lagoa da Canoa	12	12	0
Limoeiro de Anadia	22	22	0
Olho D'Água Grande	6	6	0
Palmeira dos Índios	61	41	20
São Sebastião	26	26	0
Taquarana	15	15	0
Traipu	15	15	0
Teotônio Vilela	24	23	1
Tanque D'arca	5	5	0
Total do Território	380	314	66

Fonte: IBGE

Reflexões finais sobre a Saúde:

“O desafio de pensar e agir territorial em saúde diante de ações que são traçadas no município. Desafios do controle social, fortalecimento dos conselhos municipais de saúde e de sua atuação territorial.”

A expressão acima, construída pelos membros do Colegiado Territorial durante o processo de revisão do PTDRS, reflete a necessidade do incentivo à participação dos atores que atuam no campo da saúde. A articulação dos gestores, trabalhadores da saúde e conselhos de saúde deve ser uma ação territorial para que a dimensão social seja fortalecida. O Território deveria ter um papel consultivo quanto às ações de saúde estabelecidas pelos municípios, o que destaca a necessidade de fomentar a participação dos conselhos de saúde no CODETER ou nas câmaras temáticas

Em uma das oficinas de revisão teve a socialização da experiência do “*Projeto que vem da terra*”, da Escola de Gruta D’água – Arapiraca AL. Esta socialização ocorreu a partir da exposição dos produtos fitoterápicos produzidos pelo projeto e pelas plantas da farmácia viva do projeto, além da reflexão da professora Ednalva Pinheiro que destaca a importância da articulação com a RECASA e seu envolvimento nas discussões territoriais. Esta experiência nasce a partir da necessidade da comunidade. A experiência que Ednalva adquiriu no Projeto Amanhã também contribuiu para o desenvolvimento da ação. As ações são desenvolvidas pelas próprias crianças e conta com a parceria de técnicos agrícolas que capacitou a comunidade escolar.

Com este trabalho se resgatou o significado do campo, com a extensão das plantas medicinais. A escola já tem a Farmácia Viva, que é uma horta medicinal. Este trabalho se tornou multidisciplinar e se integra na Pedagogia da Alternância. Percebe-se que através dessa experiência as crianças e a própria comunidade que faz parte do projeto já procura as plantas e os produtos fitoterápicos.

Essa experiência, organizada por uma pessoa da educação, levou o colegiado a refletir que a discussão da saúde no território, necessariamente não se dará apenas por profissionais e ou gestores do setor saúde. Ela é bem mais ampla e deve ser construída também a partir dos movimentos sociais e populares. Um mapeamento das práticas populares de saúde, da fitoterapia/farmácia viva, dos núcleos da promoção da saúde e suas experiências municipais devem ser imprescindíveis para o diagnóstico da saúde no território do Agreste e fortalecer a Câmara Temática da Saúde.

2.1.4 - Situação da Cultura no Território

A identidade territorial e o sentimento de pertencimento estão enraizados no aspecto da Cultura. As pessoas se identificam com o seu lugar especialmente, entre outras coisas, por suas expressões culturais, pelas formas de saber e de fazer, pelo

folclore, pela gastronomia, etc. Assim, o resgate e a valorização da Cultura são muito importantes para o Desenvolvimento Territorial.

Expressões culturais do território

O território do Agreste de Alagoas possui as seguintes expressões culturais:

PESQUISAR EXPRESSÕES CULTURAIS DO TERRITÓRIO

Pontos de Cultura do território

Os Pontos de Cultura são a principal ação do Programa Mais Cultura, proposto pelo Ministério da Cultura, em parceria com os governos estaduais e municipais. São iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, que firmaram convênio com o Ministério da Cultura, por meio de seleção por editais públicos, tornam-se Pontos de Cultura e ficam responsáveis por articular e impulsionar as ações que já existem nas comunidades. O intuito deles está em preservar memórias e histórias, além de estimular ações voltadas para a cultura de raiz e para o fortalecimento das manifestações populares dentro dos seus territórios de origem. A seguir temos um quadro que descreve os Pontos de Cultura do território:

Quadro 01: Pontos de cultura por entidade responsável e atividades desenvolvidas - Agreste de Alagoas, 2010

PONTO DE CULTURA	ENTIDADE RESPONSÁVEL	ATIVIDADES	MUNICÍPIO
Meninos do Sítio	Associação Comunitária de Arte Cultural do Agreste	Grupo de reisado, grupo de forró, meninos do sítio violeiros e mestre de guerreiros; apoio total às manifestações culturais de raiz local e regional; cursos profissionalizantes para jovens na formação profissional; pesquisa do patrimônio cultural da comunidade e região. Contadores de história e causos. Atualmente vem desenvolvendo trabalhos voltados para os jovens das escolas públicas locais no Projeto Meninos do Sítio	Igaci

Ponto de Cultura de Hermeto a Gajuru	Associação Unidos pela Educação - UPEC	O Ponto desenvolve atualmente uma atividade de diagnóstico comunitário e está com a previsão para iniciar em maio as inscrições para uma oficina de pintura em tela. Além dessas ações, a comunidade tem acesso livre às instalações do Ponto, podendo utilizar os computadores e recursos oferecidos (com monitoramento).	Lagoa da Canoa
Cultura Itinerante	Associação Comunitária Beneficente Acácia Branca	Rádio difusão comunitária; promoção de eventos culturais e esportivos para a comunidade. Atividades desenvolvidas: Oficina de danças folclóricas (pagode de aterro, pastoril); . Oficina de artesanato (palha, pintura em tecido); oficina de multimídia – núcleo de computação; biblioteca comunitária – núcleo de estudos; oficina de música (tocadores de flauta); museu da farinha.	Palmeira dos Índios
Resgatando a Cultura e a Tradição Popular	ACPRUS - Associação Comunitária dos Produtores Rurais São Sebastião	Oficina de danças folclóricas (pagode de aterro, pastoril) oficina de artesanato (palha, pintura em tecido); oficina de multimídia – núcleo de computação; biblioteca comunitária – núcleo de estudos; oficina de música (tocadores de flauta); museu da farinha.	Estrela de Alagoas
Lumiar	Candeeiro Aceso	Teatro, plásticas, circo e cidadania	Arapiraca
Cultura para o Desenvolvimento	Associação Comunitária de Moradores de Canafístula	Oficinas, espetáculos, feiras, apresentações, cursos, atividades desenvolvidas pela ação Griô, atividades esportivas e pedagógicas do 2º tempo integrado ao Ponto de Cultura	Arapiraca (Região Agreste)
Corredor da Cultura	Prefeitura municipal de Arapiraca	Fortalecimento do movimento cultural de Arapiraca de forma que possa	Arapiraca

		sobreviver diante as ações da cultura de massa, preservando a identidade e os costumes da região na forma de suas manifestações artísticas. Atividades desenvolvidas: teatro, circo, oficinas, dança, designer, produção de vídeo etc.	
Música para Todos	Escola de música capitão Jonas Duarte	Oficinas de música (violão popular, clássico, guitarra, baixo elétrico, teclado, piano, bateria, instrumentos de sopro, percussão em geral, canto e flauta doce) para jovens da escola pública do município de Teotônio Vilela. Trata-se de um projeto que visa oferecer cursos de formação musical à comunidade. Através das oficinas, os alunos poderão aprofundar seu contato com a música para desenvolver a criatividade, disciplina, a concentração, trabalho em grupo, lazer ou interesse cultural, ou seguir adiante ingressando em um curso de nível superior com vistas ao profissionalismo. A proposta de fazer da música algo vivo, com poder de expressar e transformar o mundo e tornar as oficinas em uma escola inovadora e diferente.	Teotônio Vilela

Fonte: Portal do Ministério da Cultura, 2010

Reflexões finais sobre a Cultura:

Com o programa de estruturação dos pontos de cultura do Ministério da Cultura, houve um fortalecimento em torno das organizações que atuam nesta linha temática. Destacamos a necessidade de sensibilização e mobilização para que estas organizações possam participar das reuniões e dos processos territoriais, reforçando a necessidade de articulação e atuação territorial em torno dessa dimensão.

2.1.5 Organizações Sociais existentes no território

A sociedade civil organizada do território é composta por organizações representativas dos diversos segmentos sociais e econômicos; movimentos sociais; e organizações não governamentais. Foram identificadas as seguintes instituições/entidades:

Associações Comunitárias: 480 Associações Comunitárias;

Associações e cooperativas de produtores rurais:

AAGRA – Associação de Agricultura Alternativa, no município de Igaci e a ARAGRESTE - Associação de Produtores Agroecológicos do Agreste.

COOPERAL - Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Arapiraca: situada em Arapiraca, tem uma base regional e como principal negócio o processamento de alimentos. Está com a responsabilidade de gerir a Fecularia do Agreste e a Unidade de Classificação e Empacotamento de Farinha de Mandioca, projetos territoriais financiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário;

CARPIL – Cooperativa dos Produtores de Leite de Palmeira dos Índios e Região.: Situada em Palmeira dos Índios, tem base regional e como principal atividade a produção e comercialização de leite. Está com a responsabilidade de gerir a Unidade de Demonstrativa de Beneficiamento de Leite, projeto territorial financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário;

COMPETEC - Cooperativa Mista dos Profissionais em Educação Tecnológica de Palmeira dos Índios.

COOPERBONI - Cooperativa dos Pequenos Agricultores do Povoado Bonifácio: Situada em uma comunidade rural de Palmeira dos Índios (Povoado Bonifácio), tem abrangência municipal e tem como negócio principal a produção de pipocas.

COOPAIG: situada em Igaci, tem atuação municipal. Fundada há pouco mais de um ano, ainda não tem nenhuma atividade concreta sendo realizada.

COOPERAGRO - Cooperativa Agropecuária de Campo Grande Situada em Campo Grande, tem situação semelhante à anterior.

COOPAILC: Situada em Lagoa da Canoa, também ainda não tem atividade.

COOPAIBA: Situada em Arapiraca, é a Cooperativa dos Agricultores Irrigantes da Barragem da Bananeira. Está aguardando o início da operação da barragem para iniciar suas atividades.

COOPAGRESTE: Situada em Arapiraca, tem abrangência regional. Fundada há 4 anos, tem como negócio a criação de pequenos animais, especialmente aves e ovos caipiras. Está paralisada e buscando reorientar suas atividades.

Cooperativas de Crédito:

COOPCRAL: Cooperativa de crédito de âmbito regional, tem sede em Arapiraca. Possui autorização do Banco Central para funcionar, mas não tem estrutura física. Por isto, ainda não iniciou suas atividades.

COOPERAGRE - Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano
Cooperativa de crédito de âmbito regional, tem sede em Igaci. Possui uma sede bem estruturada, mas não tem autorização do Banco Central para funcionar.

Federação de Associações Comunitárias e de Produtores: 08

Federações; FACOMIG – Federação das Ações do Município de Igaci; FACOGIP – Federação das Associações Comunitárias de Moradores do Município de Girau do Ponciano; FECON – Federação das Entidades Cíveis Comunitárias do Município de São Sebastião; FACTAL – Federação das Associações Comunitárias de Traipu; FACOMPI – Federação das Associações Comunitárias do Município de Palmeira dos Índios; UNAE – União das Associações de Estrela; AMIGREAL – Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas.

Sindicatos: 16 Sindicatos de Trabalhadores Rurais; FETAG/AL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas; SINTEAL – Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Alagoas; SINDPREV.

Consórcios: CONSIAGRE – Consórcio Intermunicipal de Produção, Industrialização e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar do Agreste.

Povos indígenas: Índios Xucuru-Kariri, no município de Palmeira dos Índios; Tingui-botó, em Feira Grande.

Organizações de Povos Indígenas: COIMI – Coordenação Intertribal de Mulheres Indígenas, em Palmeira dos Índios.

Movimentos sociais de luta pela terra e de produtores rurais: MMT – Movimento Minha Terra; MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores; MMC - Movimento das Mulheres Camponesas; MMTRP - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Pescadoras;

Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural: 12 Conselhos

Organizações não Governamentais (ONGs), Redes e Articulações: ONG agroecológica que executa o Projeto Vida Rural Sustentável do SEBRAE-AL, no município de Arapiraca; SOMAR – Sociedade de Aprendizagem da Participação; MPDC - Movimento Pro - Desenvolvimento Comunitário – Palmeira dos Índios; CÁRITAS - diocesana Palmeira dos Índios; RECASA – Rede de Educação do Agreste e Semiárido; RECASA – Rede de Educação Contextualizada do Agreste Semiárido; ASA – Articulação do Semiárido; FEPEC

Assentamentos de Reforma Agrária:

APAPIRACA – Assentamento Fazenda São Francisco, do Instituto de Terras do Estado, com 60 famílias

CRAÍBAS – Assentamento Fazenda Cachoeira, do Instituto de Terras do Estado, com 10 famílias; Assentamentos Padre Cícero, Mãe Rainha, N. Srª Aparecida e Santo Antônio, do Crédito Fundiário, todos

com 20 famílias, PA GENIVALDO MOURA II/SANTA LUZIA DO RIACHÃO e DOM BOSCO

ESTRELA DE ALAGOAS – Assentamento São João, do INCRA, com 38 famílias

GIRAU DO PONCIANO – Assentamento Japão II, do INCRA, com 46 famílias; Assentamento Sussuarana, do Estado, com 17 famílias; Assentamento Santa Izabel, do INCRA, com 50 famílias; Assentamento Paraná, do INCRA, com 181 famílias; Assentamento Rendeira, do INCRA, com 287 famílias; Assentamento São Luiz/São José, do INCRA, com 25 famílias; Assentamento Tingui, do INCRA, com 22 famílias; Assentamento Roseli Nunes do INCRA com 35 famílias; Assentamento Nova Paz do INCRA com 25 famílias; Assentamento Sete Coqueiros do INCRA.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS – Assentamento Algodão, do INCRA, com 33 famílias

TRAIPU – Assentamento Boiadeiro / Fazenda Pau D'Água, do Instituto de Terras do Estado, com 20 famílias; Assentamento Marcação, do INCRA, com 164 famílias; Assentamento Padre Cícero, do INCRA, com 45 famílias; Assentamento Riachão, do INCRA, com 46 famílias; Assentamento Sítio Novo, do INCRA, com 63 famílias; Assentamento Ribeira I e II, do INCRA, com 14 famílias; Assentamento Che Guevara do INCRA.

Comunidades Quilombolas:

Ver quadro a seguir.

Quadro 02: Comunidades Quilombolas Certificadas do Território da Cidadania do Agreste

Municípios	Comunidades	Ano de certificação
Arapiraca	Sítio Carrasco	13/03/2007
	Pau D'arco	07/02/2007
Taquarana	Sítio Mameluco	13/12/2006
	Passagem Do Vigário	19/11/2009
	Poços Do Lunga	07/06/2006
Palmeira Dos Índios	Povoado Tabacaria	30/09/2005
Traipu	Sítio Belo Horizonte	19/11/2009
	Uruçu	19/11/2009
Teotônio Vilela;	Abobreiras	19/11/2009
	Birrus	19/11/2009

2.2 - Dimensão Ambiental

Na Dimensão Ambiental serão abordadas as características geoambientais, bem como o impacto do ser humano na situação ambiental do território, ou seja, as características antrópicas.

2.2.1- Características Geoambientais

O clima é predominantemente temperado, variando de quente e seco a quente e úmido. A vegetação apresenta espécies arbóreas e arbustivas, característica das zonas de transição.

Entre os recursos hídricos destacam-se o rio Coruripe, o riacho Piauí e outros de menor porte, as barragens da Bananeira (Arapiraca) e do Bálsamo (Palmeira dos Índios), as águas do lençol freático e outros. O rio São Francisco, apesar de banhar apenas um município do Território (Traipu), tem uma importância fundamental, pois abastece a maioria dos municípios.

Como o Agreste é uma região de transição para o semiárido, alguns municípios que fazem parte deste território fazem parte do semiárido.

2.2.2- Características Antrópicas

O desmatamento excessivo tem provocado redução da fertilidade dos solos e assoreamento dos recursos hídricos, numa clara demonstração de que o modelo de agricultura praticado é insustentável. Na figura a seguir apresentamos as principais ocorrências impactantes ao meio ambiente nos municípios do território, segundo dados do Portal ODM, 2008.

RECURSO HÍDRICO



Assoreamento de corpo d'água: Arapiraca, Campo Alegre, Campo Grande, Feira Grande, Limoeiro de Anadia, Palmeira dos Índios, Teotônio Vilela, Traipu, Taquarana.

Escassez de recursos d'água: Arapiraca, Campo Alegre, Campo Grande, Coité de Nóia, Craíbas Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau, Igaci, Lagoa da Canoa, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Teotônio Vilela, Traipu, Taquarana

Poluição de recursos d'água: São Sebastião, Tanque D'Arca e Teotônio Vilela

QUALIDADE DO AR



Poluição do ar: Arapiraca, Girau de Ponciano e Teotônio Vilela.

PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE



Redução do pescado: Traipu e Teotônio Vilela.

Desmatamento: Arapiraca, Craíbas, Estrela de Alagoas, Girau do Ponciano, Igaci, Junqueiro, Taquarana e Teotônio Vilela.

Queimadas: Girau de Ponciano e Teotônio Vilela.

Degradação de áreas protegidas: Girau do Ponciano e Limoeiro de

FATORES CLIMÁTICOS



Atividade pecuária prejudicada: Girau do Ponciano e Limoeiro de Anadia.

Atividade agrícola prejudicada: Feira Grande, Girau do Ponciano, Taquarana e Traipu.

ESTADO DO SOLO



Contaminação do Solo: Arapiraca, Palmeira dos Índios, São Sebastião e Teotônio Vilela

2.2.3- Políticas Públicas para o Meio Ambiente

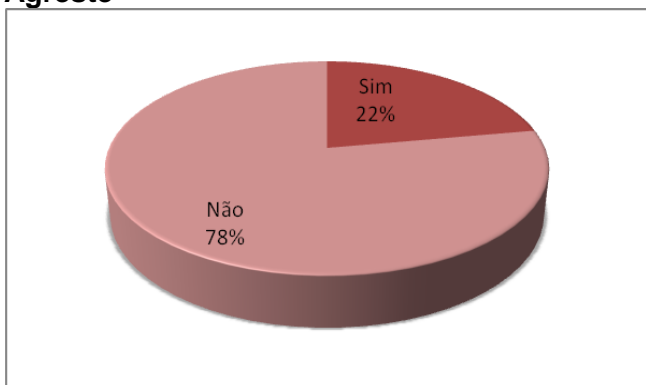
Há que se destacar o movimento da Articulação do Semiárido no território do agreste. Os dados a seguir reforçam que o PTDRS deve apontar para as ações relacionadas ao controle social e a legislação relacionada ao meio ambiente. A mobilização social e política deve ser o combustível para essas ações.

De acordo com a pesquisa Perfil Municipal – 2008 do Portal ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), apenas quatro municípios do Território: Arapiraca, Craíbas, Estrela de Alagoas, Teotônio Vilela possuem Conselho Municipal de Meio Ambiente, criados entre 1999 e 2007. É importante destacar que apenas Arapiraca realizou reuniões nos últimos doze meses da pesquisa.

Apenas os municípios de Arapiraca, Lagoa da Canoa, Craíbas e Teotônio Vilela possuem Fundo Municipal de Meio Ambiente..

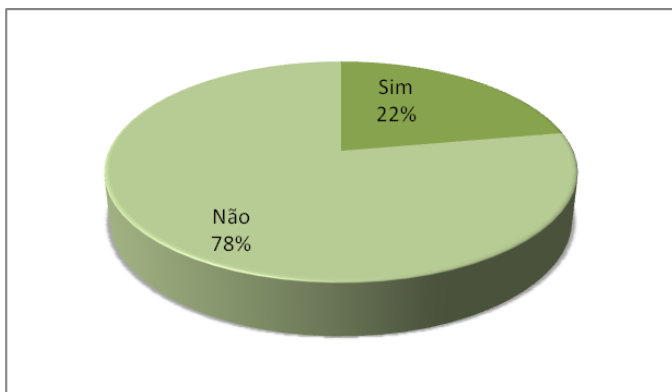
Os municípios Palmeira dos Índios, Igaci, Taquarana, Teotônio Vilela e Tanque D'Arca contaram com recursos específicos para a área ambiental nos últimos doze meses, considerando o dados do ano de 2008:

Gráfico 06- Ocorrências de Conselhos Municipais de Meio Ambiente no Território do Agreste



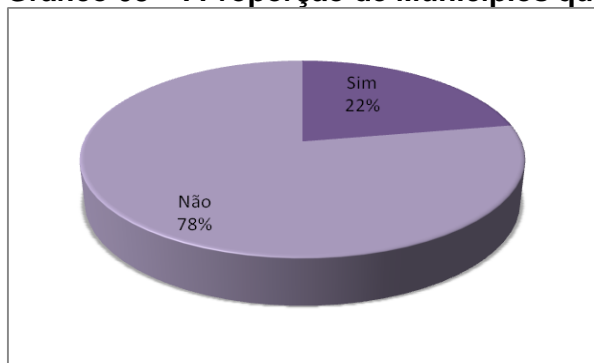
Fonte: Portal ODM

Gráfico 07- Proporção de Municípios que contavam com Fundo Municipal para o Meio Ambiente em 2008



Fonte: PNUD/ODM

Gráfico 08 . Proporção de Municípios que realizavam Licenciamento Ambiental em 2008



Fonte: PNUD/ODM

2.3 - Dimensão Sócio-econômica

Na Dimensão Sócio-econômica destacam – se as informações sobre os principais Índices sócio-econômicos; o Programa Bolsa Família; e as principais atividades produtivas.

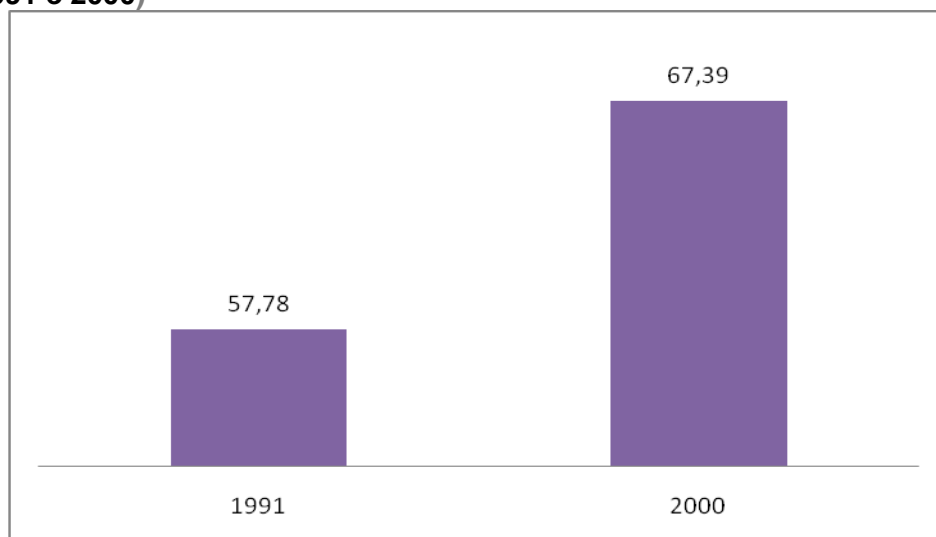
2.3.1 - Índices Sócio-econômicos

Renda Per Capita

A renda mensal familiar per capita é a soma total da renda bruta no mês de todos aqueles que compõem a família, dividida pelo número de seus integrantes. Em caso de idosos ou pessoas com deficiência que residam sozinhas, é garantido o direito ao benefício, desde que atendam aos critérios estabelecidos em legislação . Os tipos de rendimento que entram no cálculo da renda bruta mensal são salários, proventos, pensões, pensões-alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos recebidos do patrimônio, renda mensal vitalícia e Benefício de Prestação Continuada.

Segundo dados do IBGE/CNM Entre 1991 e 2000 a média da renda per capita do território teve um variação para maior de 57,78 para 67,39, ver gráfico a seguir.

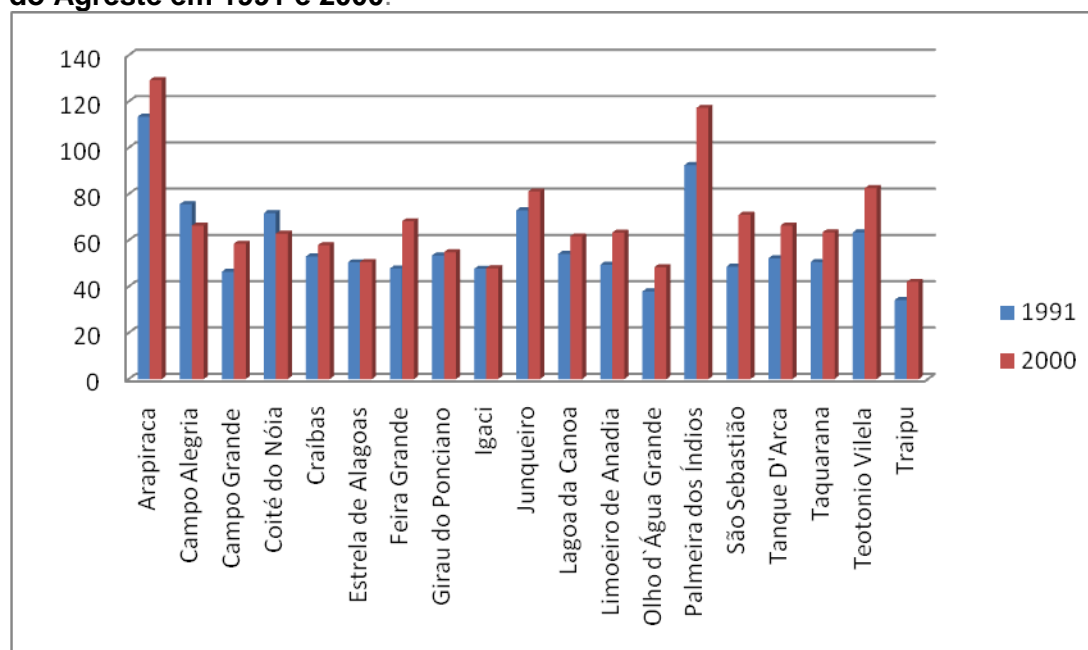
Gráfico 09 - Evolução da renda per capita identificada no Território da Cidadania do Agreste (1991 e 2000)



Fonte: IBGE/CNM

Os municípios Arapiraca (129,20) e Palmeira dos Índios registram os maiores valores de Renda per capita. Os menores valores apresentam-se nos municípios de Traipu (42,00) e Olho D'Água Grande (48,40), conforme dados no gráfico a seguir:

Gráfico 10- Renda per capita identificada nos municípios do Território da Cidadania do Agreste em 1991 e 2000.



Fonte: IBGE/CNM

2.3.2 – Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Associa à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social.

No Território Agreste Alagoas, em 2010, foram transferidos recursos da Bolsa Família para 105.466 beneficiários num valor total de R\$ 76.429.918,00 (setenta e seis milhões quatrocentos e vinte e nove mil novecentos e dezoito reais), segundo dados do Portal da Transparência do Governo Federal.

Tabela 08 - Programa Bolsa Família 2010

Municípios	Nº de benefícios	VALOR
Arapiraca	29.010	19.940.888,00
Campo Alegre	4.698	3.111.252,00
Campo Grande	1.685	1.259.281,00
Craíbas	4.163	3.314.428,00
Coité do Nóia	1.964	1.521.272,00
Estrela de Alagoas	3.188	2.416.709,00
Feira Grande	3.966	2.876.388,00
Girau do Ponciano	6.347	4.803.330,00
Igaci	4.924	3.514.196,00
Junqueiro	4.130	3.158.418,00
Lagoa da Canoa	3.492	2.385.386,00
Limoeiro de Anadia	4.218	2.849.717,00
Olho D'Água Grande	939	743.146,00
Palmeira dos Índios	12.303	8.976.001,00
São Sebastião	5.326	4.033.184,00
Taquarana	2.853	2.157.390,00
Traipu	4.733	3.695.244,00
Teotônio Vilela	6.481	4.901.159,00
Tanque D'arca	1.046	772.529,00
TERRITÓRIO	105.466	76.429.918,00

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal.

2.3.3 – Estrutura Agrária

Os dados oficiais para a análise da questão agrária, em sua maioria, são antigos. Alguns são de 1995 e outros de 2006. Porém, a partir deles pode-se ter uma idéia da situação, pois as mudanças neste campo não foram muito significativas. Quando analisamos os dados de 1995 e de 1996, do IBGE, vemos que a estrutura fundiária no território é predominantemente constituída pela pequena propriedade. Quanto à configuração fundiária estabelecida na época, e que até hoje perdura no território, há **a hegemonia numérica de pequenas e médias propriedades rurais**, que representam 94% da totalidade, com até 20 hectares.

Percebe-se a contradição, enquanto as propriedades com até 20 hectares representam 94% do total das propriedades, a participação no volume de terras ocupadas representam apenas 37,6% do total. No entanto, as propriedades com mais de 200 hectares, que são 0,5% do total, ocupam 36,5% das terras agricultáveis.

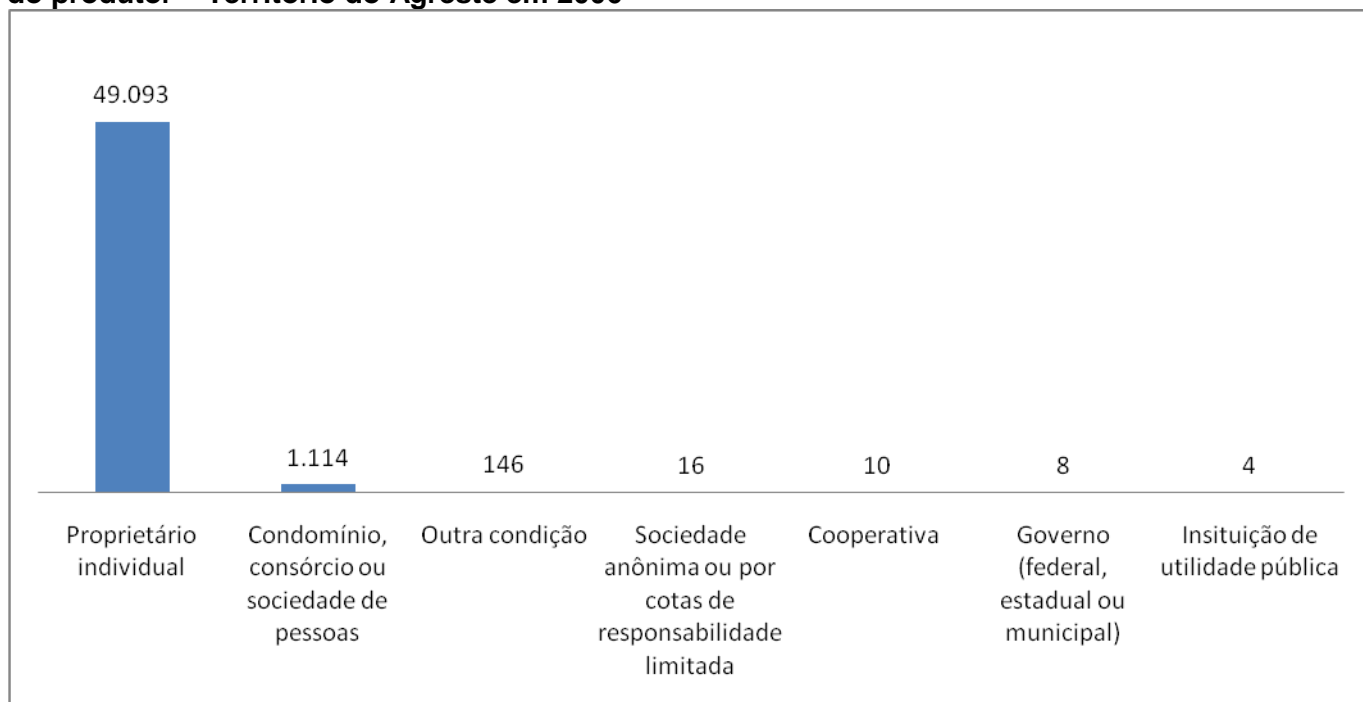
O Agreste é uma região de transição geográfica com pouca disponibilidade natural em recursos hídricos e regime diversificado de chuvas que vão do semi-árido aos índices pluviométricos que se aproximam das regiões úmidas. Este Território apresenta uma informação significativa para a definição de qualquer projeto que envolva a produção familiar: **o tamanho médio das propriedades familiares, em torno de 3,8 ha**, limitação a ser levado em conta, caracterizando um número significativo como minifúndio. Várias estratégias de sobrevivência dos pequenos produtores podem encontrar nesta realidade uma base de fundamentação e, também, os lamentáveis indicadores econômicos, sociais e ambientais do território.

Neste contexto dois fenômenos paralelos devem ser aprofundados para a análise da estrutura fundiária deste território: as políticas oficiais de reforma agrária e às partilhas de terras patrocinadas pelas famílias.

Número e área dos estabelecimentos, por condição legal do produtor

Segundo dados do IBGE- 2006, no território do Agreste de Alagoas, o número de estabelecimentos agropecuários pertencentes à condição legal do produtor como proprietário individual apresenta um valor elevadíssimo em relação à quantidade de estabelecimento dos demais produtores legais conforme gráfico a seguir.

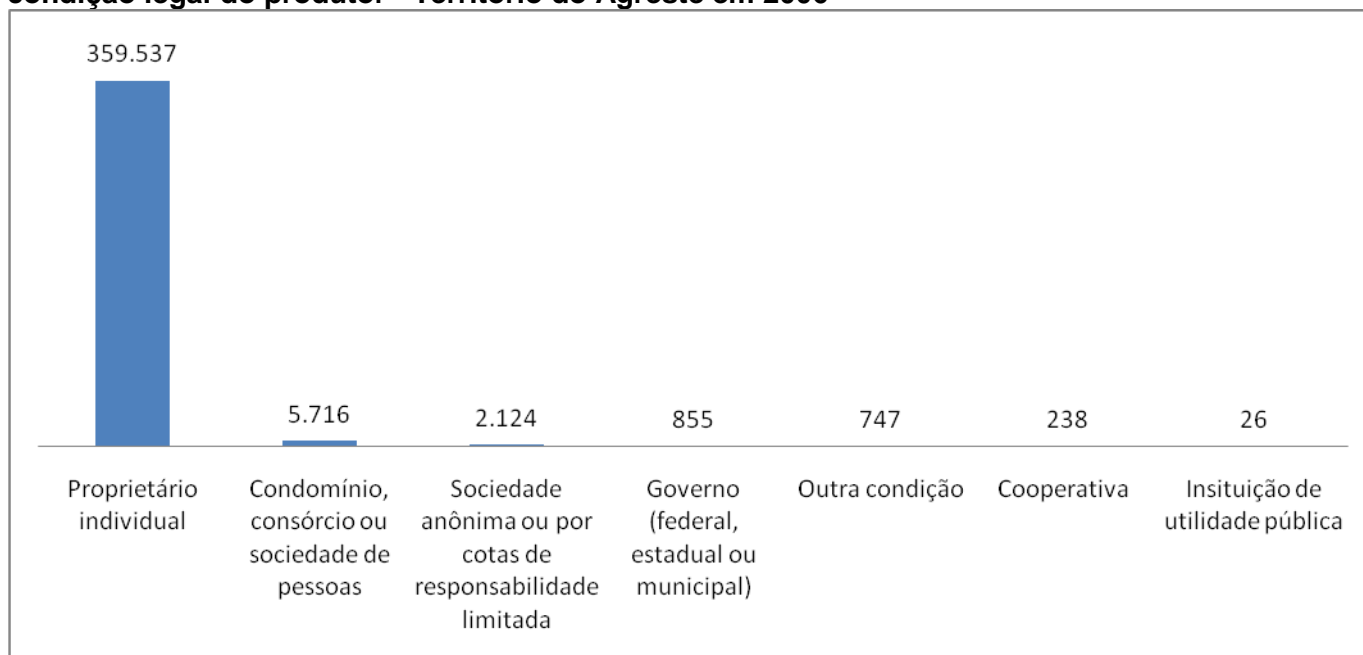
Gráfico 11 Número de estabelecimentos agropecuários, de acordo com a condição legal do produtor –Território do Agreste em 2006



Fonte: Censo Agropecuário 2006/IBGE

No que se refere à área desses estabelecimentos, aqueles pertencentes a proprietários individuais também possuem um número bastante significativo, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 12 Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares), de acordo com a condição legal do produtor - Território do Agreste em 2006



Fonte: Censo Agropecuário 2006/IBGE

Utilização das terras

Em relação à utilização das terras do território, segundo dados o Censo Agropecuário IBGE 2006, a maior quantidade de terras são utilizadas com lavouras temporárias, num total de 164.524 hectares, no território. Dessas terras, 75.353 hectares se referem ao município de Arapiraca.

O quadro a seguir apresenta a forma de utilização dessas terras, por cada município do território.

Tabela 09- Utilização das terras (Hectares) nos municípios do Território da Cidadania do Agreste, em 2006.

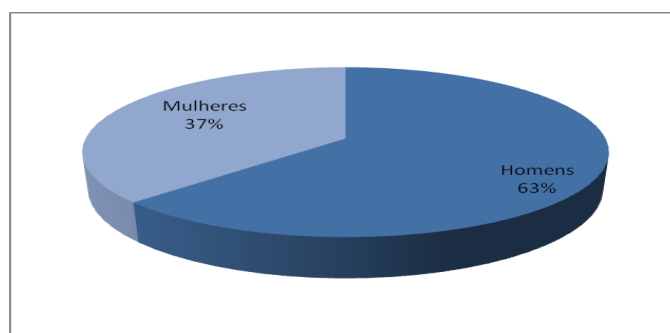
	Arapiraca	Campo Alegre	Campo Grande	Coité do Nória	Craibas	de Estrela Alagoas	Feira Grande	do Girau Ponciano	Igaci	da Lagoa Canoa	de Limoeiro Anadia	Olho d'Água Grande	Palmeira dos Índios	São Sebastião	Tanque D'Arca	Taquarana	Teotônio Vilela	Traipu	Total
Lavouras temporárias	75.353	16.150	957	2.137	6.353	2.322	3.743	9.631	5.977	3.226	4.733	655	4.504	8.624	941	2.671	10.346	6.201	164.524
Pastagens plantadas em boas condições	9.912	185	10.202	3.174	2.717	1.168	1.921	12.355	7.220	1.491	1.663	6.455	14.480	7.698	2.623	2.794	1.156	10.665	97.879
Pastagens naturais	3.401	1.311	2.395	753	7.288	8.122	2.462	11.082	10.883	926	3.370	1.711	6.132	1.930	1.612	1.453	2.023	10.117	76.971
Matas e/ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agro florestais)	5.534	1.193	164	590	381	372	64	1.673	527	41	58	133	217	1.159	263	34	273	1.266	13.942
Pastagens plantadas degradadas	1.703	10	990	397	630	145	377	914	770	186	139	409	1.013	317	1299	351	165	3.464	13.279
Lavouras permanentes	4.807	3.053	14	36	154	1.307	113	148	831	169	292	27	2.489	297	69	733	776	285	15.600
Forrageiras para corte	522	86	17	76	4.150	760	476	752	1.634	242	154	11	1.520	112	33	112	15	820	11.492
Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	1.726	1.899	172	88	534	165	16	734	207	Não dispo nível	20	31	565	193	8	28	394	2.268	9.048
Sistemas agro florestais	45	92	21	19	320	365	9	197	843	9	62	29	753	193	95	11	73	663	3.799
Construções, benfeitorias ou caminhos	846	427	9	134	236	407	30	140	321	217	196	51	407	216	1	49	1	130	3.818
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	2.069	273	48	19	74	85	7	55	118	22	19	3	447	42	1	24	1	134	3.441
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	93	1202	6	5	11	45	50	299	101	18	42	83	71	103	16	32	128	1.247	3.552
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	64	232	Não disponível	2	85	Não dispo nível	Não dispo nível	60	7	Não dispo nível	3	Não dispo nível	17	Não dispo nível	-	3	1	16	490
Matas e/ou florestas plantadas com essências florestais	44	-	Não disponível	8	Não dispo nível	Não dispo nível	-	15	Não disponível	-	Não dispo nível	Não dispo nível	2	Não dispo nível	-	Não dispo nível	-	64	133
Flores, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	6	11	-	-	Não dispo nível	Não dispo nível	-	2	6	-	-	-	7	Não dispo nível	-	Não dispo nível	-	4	36

Fonte: Censo Agropecuário 2006/IBGE

Pessoal Ocupado Nas Atividades Agropecuárias

Em referência ao pessoal ocupado com as atividades agropecuárias no território, Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE 2006, 63% do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias eram homens, enquanto apenas 37% eram mulheres, ver gráfico a seguir:

Gráfico 13- Pessoal ocupado em atividades agropecuárias do Território da Cidadania do Agreste em 2006.



Fonte: Censo Agropecuário 2006/IBGE

2.3.4 – Atividades da Economia

Segundo dados do IBGE, 2008, no território do Agreste, as atividades da economia que mais contribuem para a formação do PIB (produto Interno Bruto) são, por ordem de importância: Serviços, a Indústria e a Agropecuária. Ver tabela a seguir:

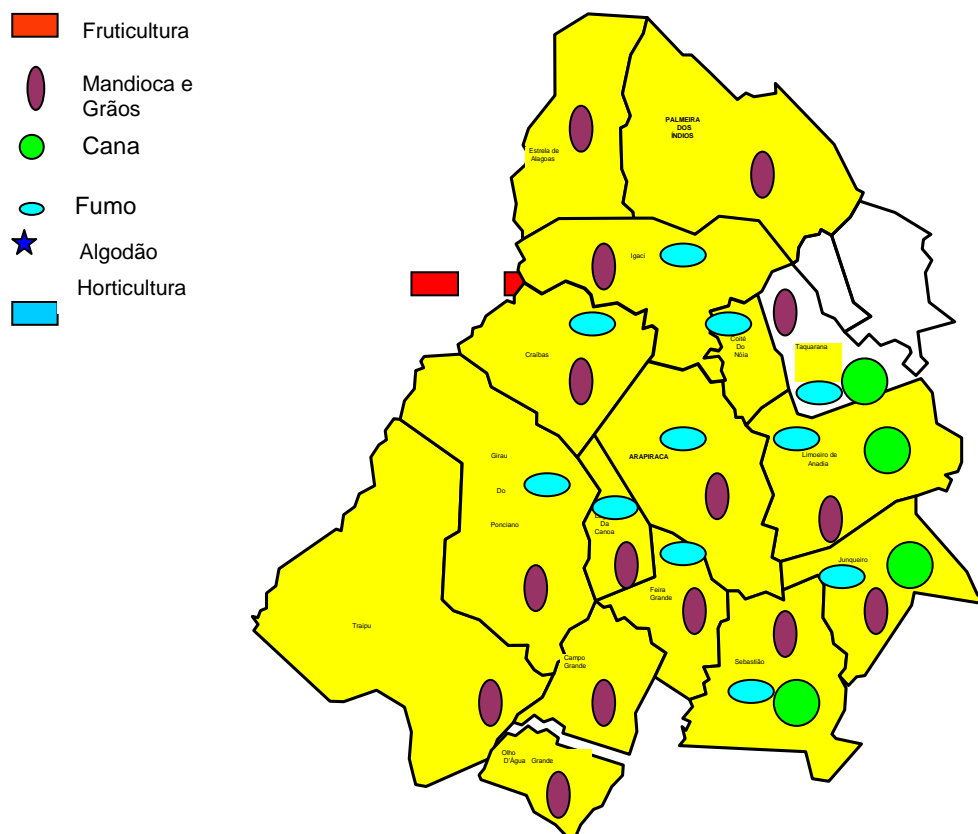
Tabela 10- PIB total e PIB por setores da economia, por município – território do Agreste - 2008

Municípios	PIB a preços correntes R\$1.000	Agropecuária R\$1.000	Indústria R\$1.000	Serviços R\$1.000	Produtos líquidos de subsídios R\$1.000	PIB per capita Em R\$1,00
Arapiraca	1.391.550	52.610	233.393	933.978	171.569	6.675,80
Campo Alegre	154.814	26.862	29.375	91.512	7.064	3.317,13
Campo Grande	29.447	3.430	3.540	21.433	1.044	2.991,08
Craíbas	71.170	16.151	5.267	47.978	1.774	3.083,75
Coité do Nóia	32.047	4.188	2.217	25.048	594	2.856,97
Estrela de Alagoas	43.813	7.255	3.436	32.263	859	2.550,23
Feira Grande	62.672	13.543	4.194	43.829	1.106	2.876,16
Girau do Ponciano	105.953	19.806	7.352	76.184	2.610	2.922,84
Igací	76.412	14.966	5.273	54.498	1.675	2.954,83
Junqueiro	90.122	23.650	6.533	57.540	2.399	3.579,81
Lagoa da Canoa	56.672	11.668	3.915	39.674	1.415	3.083,67
Limoeiro de Anadia	64.617	9.828	4.229	49.489	1.072	2.462,93
Olho D'Água Grande	15.269	2.566	1.061	11.420	222	3.081,01
Palmeira dos Índios	336.319	21.777	59.607	231.053	23.883	4.658,03
São Sebastião	113.188	23.198	6.789	78.601	4.600	3.545,77
Taquarana	63.346	15.014	4.445	42.513	1.374	3.388,39
Traipu	63.292	10.063	4.550	47.550	1.128	2.467,53
Teotônio Vilela	162.502	25.571	27.595	100.824	8.512	3.915,91
Tanque D'arca	17.354	3.315	1.096	12.492	450	2.976,44
Território	2.950.559 (Total)	305.461 (Total)	413.867 (Total)	1.997.879 (Total)	233.350 (Total)	3.336,00 (média)

2.3.5 - Principais Atividades agropecuárias

A Agricultura:

A produção da cana-de-açúcar toca o território no leste, o fumo forma um círculo cujo centro é o município de Arapiraca e a fruticultura parece ocupar o local onde antes se via o café. A pecuária de corte forma a “dobradinha” tradicional com a cana e a pecuária de leite ocupa áreas nos extremos norte e sul do território. Ver figura a seguir:



A mandioca

De acordo com os dados do IBGE, ano de 2009, os municípios que mais se destacam na produção de milho são: Arapiraca, com 74.000 toneladas; Taquarana, com 50.301 toneladas; Girau do Ponciano, com 28.500 toneladas; e São Sebastião, com 18.450 toneladas.

A mandioca é presença “*obrigatória*” em todas as propriedades e em todos os municípios. Produto herdado dos povos indígenas a mandioca faz parte da “alma do pequeno produtor” tal seu nível de relacionamento cultural com essa lavoura. Os principais atributos agronômicos da mandioca dizem respeito a sua baixa exigência

nutricional, capacidade de adaptação a diversos ambientes, servindo à produção em solos de baixa fertilidade e poucos problemas fitossanitários. A mandioca apresenta alta sociabilidade se permitindo ao consórcio com as principais lavouras de subsistência dos pequenos produtores. Os restos são totalmente aproveitados na nutrição animal e a reprodução vegetativa torna os produtores auto-suficientes em sementes para formação de novas lavouras.

Seu subproduto mais comum, a farinha de mandioca, é largamente consumida e o processo de beneficiamento é de domínio da população rural. Essas qualidades tornaram a mandioca apreciada e de cultivo generalizado.

A considerável ampliação da área cultivada com a mandioca no território trouxe em seu bojo os males que acompanham as culturas com essas características acima descritas e que não contam com uma estrutura de apoio oficial: grandes oscilações de preços e oferta do produto no mercado. Por envolver centenas de milhares de pequenos produtores englobando os diversos estados nordestinos, o cultivo da mandioca é feito de forma anárquica e, fugindo ao controle oficial o monitoramento das áreas em cultivo, torna o produtor venerável aos caprichos da oferta e demanda do mercado.

O beneficiamento da mandioca é o processo de transformação mais antigo do Brasil, convivendo paralelamente, no território, as formas mais rudimentares e as novas tecnologias de processamento. O ambiente das casas de farinhas oferece o ritual mais autêntico de um contrato social recheado de regras informais, ao mesmo tempo rígidas e consensualmente aceito. No geral, sabe-se que o produto final, a farinha, é de baixa qualidade nos ambientes que adotam poucos recursos tecnológicos que são a maioria das casas de farinhas existentes. Apesar de consideravelmente consumida no Estado de Alagoas, o processamento do subproduto mais nobre da mandioca, a fécula, ainda é muito precário, sendo importada do sul do país.

Nesta intrincada teia de relações, atua um número desconhecido de atravessadores que vão buscar no território e fora dele o suporte às agroindústrias de transformação locais, assim como o território é vulnerável a penetração de atravessadores que vêm de outros territórios e de outros estados do nordeste com o mesmo objetivo.

Considerada uma cultura de “pobres” e de fácil manejo, a mandioca sempre foi pouco atrativa para as instituições de apoio, relativamente desprezada pela pesquisa, crédito rural e assistência técnica. Nas áreas mais nobres onde é permitida a diversificação de atividades a mandioca continua sendo uma cultura secundária ou de

apoio à atividade principal. Nas áreas da pequena produção, ainda faz a diferença, principalmente por ocupar os solos de baixa fertilidade.

As mudanças promovidas na política de financiamento através do PRONAF infraestrutura, quando deixou de atender a demandas municipais para priorizar o desenvolvimento territorial, fez com que o município de Arapiraca se posicionasse na vanguarda e incorporasse de imediato a nova proposta de estratégia de desenvolvimento, preservando assim sua característica de líder regional e mantendo o acesso das políticas públicas para os agricultores familiares locais. Isto posto, no ano de 2003 tomou a frente de um movimento aglutinador para a formação de um consórcio que inicialmente mobilizou 13 municípios em seu entorno. Depois de algumas mudanças na estratégia de consolidação do consórcio, conclui-se que a mandioca era a cadeia produtiva com maior grau de coesão social e econômica entre os municípios participantes.

Paralelamente, o Governo do Estado inaugura uma política de estímulo à formação de 10 Arranjos Produtivos Locais – APL's, sendo um deles o da cadeia produtiva da mandioca, o que trouxe maior sinergia para os objetivos do consórcio.

O consórcio, com o apoio do governo do Estado através do APL, induziu à formação de uma vigorosa rede institucional de apoio para a viabilização de uma agroindústria de transformação da mandioca em fécula e melhorias tecnológicas às casas de farinha. Ressalte-se a iniciativa da Embrapa de incluir em seu portfólio de pesquisa a cadeia produtiva da mandioca. Participam ainda do apoio institucional ao projeto, o SENAI, a SEAGRI/AL, SEBRAE, Pronaf/MDA, ONGs, Instituições financeiras, etc. Apesar de o consórcio ter encolhido para oito municípios, ganhou em eficiência nas ações. Essa rede de apoio mostra o vigor peculiar que a cadeia produtiva da mandioca representa ao território, digamos uma corrente que irradia no horizonte uma energia positiva que envolve o ambiente social.

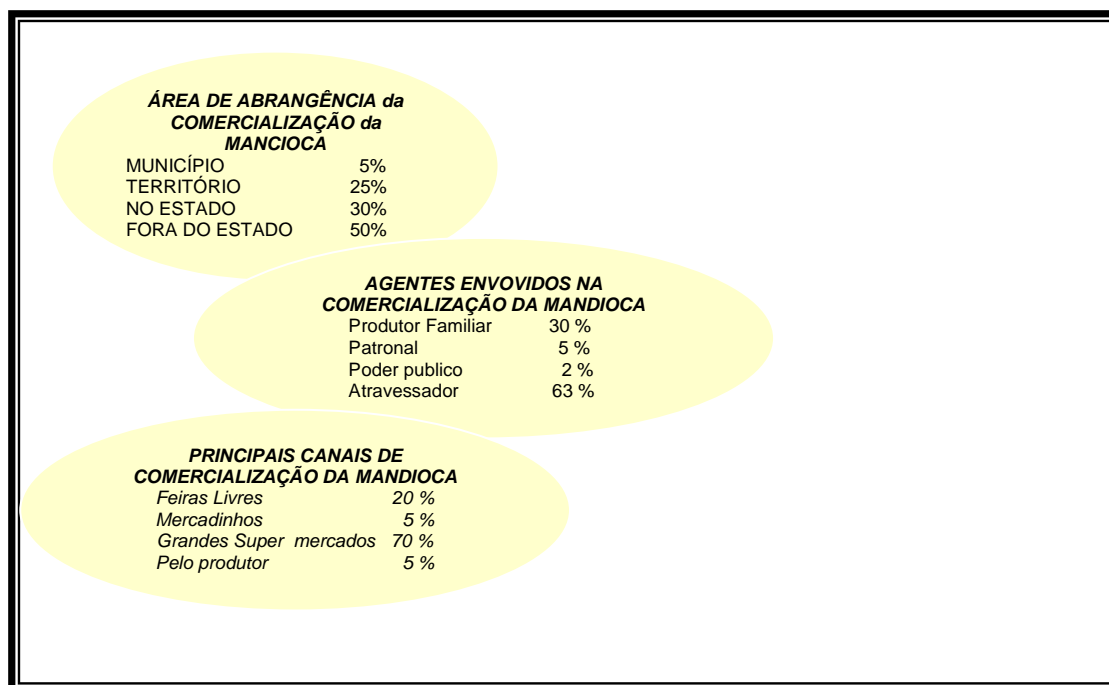
Sobre isto destacamos a análise realizada pelo consultor territorial:

“A partir de 2004 o território começou a demandar e apresentar projetos estratégicos relacionados diretamente com as principais demandas das cadeias produtivas do território: projetos de Casas de Farinha (Recuperação, adequação e implantação de novas unidades), dentro dessa importante cadeia produtiva do agreste, foram pensados dois grandes e importantes projetos para agregar valor à mandiocultura, a Agroindústria de Fécula de Mandioca e a Classificadora de

Farinha. A fecularia para produzir fécula de mandioca, melhorando o rendimento com o beneficiamento da mandioca, visto que a raiz in natura tem pouco valor agregado e a Classificadora de farinha para classificar e selecionar a farinha de acordo com o tipo, cor, refino e qualidade, esse projeto é de suma importância para reverter um quadro existente no Agreste Alagoano, 70% da farinha de mandioca comercializada em Alagoas vem de outros estados, sobretudo Sergipe, Pernambuco, Bahia e até mesmo Paraná. O contraditório disso tudo é que a região do Agreste é a 4ª produtora de mandioca do país, ou seja, a mandioca é levada para outros estados e trazida de volta já beneficiada.” (SANTOS, 2010 IICA/MDA)

Na definição da implantação da fecularia, valeu a intuição coletiva, que precedeu estudos técnicos que apontassem a viabilidade do empreendimento. Só depois da liberação de recursos pelo MDA e construção de parte da base física da agroindústria apresentou-se um Plano de Negócio acenando positivamente para os retornos econômicos do projeto.

Refletindo o cenário descrito, as pessoas que participaram do *Grupo da Mandioca* na oficina territorial de Estudos Propositivos mostraram muita segurança quando questionadas sobre dados de mercado e comercialização, conforme o quadro seguinte:



Conquanto o processo inverso, ou seja, os estudos técnicos é que deveriam preceder a liberação de recursos para a implantação do projeto, o fato da forte sinergia

que o envolveu, o fato da mandioca ser cultivada massivamente e ter forte inserção no arquétipo dos pequenos produtores e da produção de fécula ser ação pioneira em nível de nordeste, a intuição coletiva trabalhou com esses suportes subjetivos para justificar o projeto como alvissareiro para o desenvolvimento territorial. As conclusões do *Plano de Negócio da Fecularia* só vieram a confirmar o que as intuições já apontavam.

Não seria demais recomendar um estudo direcionado para a rede de relações que envolvem produtores, as dezenas de unidades de beneficiamento e atravessadores, por nutrirem relações construídas historicamente e que nem sempre são facilmente rompidas. Tais objetividades, muitas vezes recheadas de nuances subjetivas, podem gerar situações inesperadas e que podem comprometer os mais vigorosos projetos. A análise deste sistema passa a ser interessante não com o objetivo de rompê-las, mas sim tentando entendê-las como exemplaridade positiva, já que vem resistindo tantos anos sem a intervenção de grandes indústrias e achando sua forma de sobreviver.

Milho

Dados oficiais atestam que a cultura do milho registrou um vertiginoso aumento de área cultivada nos últimos anos. Em 2009, a produção de milho no território foi de 16.671 toneladas. Os municípios que mais se destacam na produção do milho são: Igaci, com 2.802 toneladas; Traipu, com 2.700 toneladas; Palmeira dos Índios, com 2.301 toneladas; e Girau do Ponciano, com 1.869 toneladas.

Algodão

Em relação ao algodão, a falta de incentivo oficial e de pesquisa levou a perda de sua capacidade competitiva na região. A produção de algodão no território, em 2009, foi de 186 toneladas e os municípios de Craíbas (48 toneladas), Traipu (45 toneladas,) e Arapiraca (30 toneladas) são responsáveis por 55% da produção de algodão do território. Do total dos 19 municípios, 9 (nove) não produzem o algodão e os demais produzem os 45% restantes.

Fruticultura

No manejo irrigado, já se comprovou a adaptação de várias fruteiras na região, tais como a banana, graviola, acerola, pitanga, pinha, caju e outras.

Ainda na área de fruticultura, em 2009, IBGE 2009, o território produz coco da baía, destacando-se São Sebastião como o maior produtor (aproximadamente 77% do território); manga, com 2.597 toneladas no território, tendo como maior produtor o

município de Palmeira dos Índios, com 1750 toneladas; a laranja, a goiaba, o abacaxi, castanha de caju, maracujá, entre outras.

A produção da banana no território é de 3.943 toneladas apenas 8 municípios produzem bananas e Palmeira dos Índios sozinho produz aproximadamente 78% da produção do território.

A produção do abacaxi, no território é de 3.271 toneladas, destacando-se os municípios de Arapiraca, com 2.090 toneladas e o município de Limoeiro de Anadia, com 543 toneladas.

O Fumo

A cultura fumageira, a exemplo da mandioca, ainda é encarada como a “lógica” econômica dos municípios de Arapiraca e entorno. Em outra situação se assemelha a cultura da mandioca com ciclos de euforia e depressão que se alternam. Fato este, que vem interferindo em mudanças no perfil da região. Dentre essas mudanças, a diversificação de cultivos é a mais importante. O fumo cedeu consideráveis áreas para a horticultura, fruticultura, pecuária e, principalmente, para a mandioca. Os dados do IBGE, 2009, informam que a produção de fumo no território foi de 11.236 (onze mil duzentos e trinta e três) toneladas. . Aproximadamente 30% da produção dizem respeito ao município de Arapiraca (3.299 toneladas). Destacam-se ainda Craíbas, com 2.050(dois mil e cinquenta) toneladas, e Lagoa Grande com 2.001 (duas mil e uma) toneladas.

. Para as lideranças envolvidas no desenvolvimento deste território, a cadeia do fumo não se mostrou sedutora. Por seu significativo peso econômico, a cadeia do fumo precisa ser mais bem estudada para termos sua verdadeira dimensão para a agricultura familiar da região. As questões relacionadas à saúde, especialmente a saúde do trabalhador na cultura fumageira também precisam ser consideradas. Este é um exemplo que somente a dimensão econômica não dá conta do desenvolvimento sustentável.

Tomate

De acordo com os dados do IBGE, de 2009, o tomate não tem uma expressão de caráter territorial, mas o município de Mata Grande produz uma significativa quantidade de tomate, com uma produção de 6.000 toneladas.

Cana de Açúcar

A cana-de-açúcar é encontrada mais a leste do território. De acordo com os dados do IBGE 2009, os municípios que mais destacam na produção são,: Campo Alegre, com 1.023.098 toneladas (um milhão e vinte três mil e noventa e oito); Teotônio Vilela, com 952.723 toneladas; e Junqueiro, com 791.263 toneladas.

A Pecuária

De acordo com os dados do IBGE, 2009, a produção pecuária que mais se destaca em quantidade de animais é a de **galos e frangos**, num total 1.727.937 (um milhão setecentos e vinte e sete mil novecentos e trinta e sete) cabeças, sendo a maior criação concentrada no município de São Sebastião com 500.000 (mil) cabeças de galos e frangos e Arapiraca com 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) cabeças. Em 2º lugar vem o **rebanho bovino** com 276.653 (duzentos e setenta e seis mil seiscentos e cinquenta e três) cabeças de gados. O maior rebanho bovino fica em Palmeira dos Índios , com 41.140 (quarenta e um mil cento e quarenta) cabeças e o município de Girau do Ponciano, com 26.000 (vinte e seis mil) cabeças .Ver tabela abaixo:

Tabela 11 - Efetivo do rebanho do território do Agreste de Alagoas, 2009

Municípios	Bovinos	Muare	Suínos	Caprinos	Ovinos	Galos e Frangos	Galinhas
Arapiraca	24.000	1.100	1.705	2.000	2.600	450.000	62.500
Campo Alegre	3.146	130	550	90	245	33.000	1.000
Campo Grande	16.000	40	505	80	560	12.000	1.700
Craibas	14.000	400	1.900	550	1.700	20.000	6.000
Coité do Nóia	6.400	250	920	1250	1.480	100.000	6.800
Estrela de Alagoas	12.359	76	1.569	760	2.540	15.860	10.185
Feira Grande	12.000	350	1.200	380	1.500	137.600	14.000
Girau do Ponciano	26.000	600	2.200	1.500	2.850	37.000	15.500
Igaci	23.038	125	2.158	2.017	3.322	43.224	30.620
Junqueiro	9.000	90	500	160	500	145.000	1.700
Lagoa da Canoa	5.700	250	1.400	600	600	8.800	15.000
Limoeiro de Anadia	12.000	95	400	190	320	12.000	2.900
Olho D'Água Grande	8.600	33	690	300	580	8.500	3.400
Palmeira dos Índios	41.140	600	5.125	2.330	4.500	90.000	52.000
São Sebastião	14.000	115	2.700	265	1.200	500.000	4.000
Taquarana	11.340	30	1.082	696	768	19.813	12.151
Traipu	24.000	270	2.650	700	2.700	30.000	15.500
Teotônio Vilela	5.200	65	320	65	330	59.140	320
Tanque D'arca	8.730	75	396	360	790	6.000	4.000
Território	276.653	4.694	27.970	14.293	29.085	1.727.937	259.276

Fonte: IBGE 2009

Serviços Sociais e de Apoio à Produção

- Governo Municipal – Dezesseis Prefeituras Municipais, com suas secretarias de saúde, educação, ação Social, infra-estrutura e, principalmente, de agricultura;
- Governo Estadual – Secretaria Estadual de Agricultura, Irrigação e Pesca – SEAGRI, através das 3 Gerências Regionais (Arapiraca, Palmeira dos Índios e Penedo); Secretaria Estadual do Planejamento – SEPLAN, através do Programa de Mobilização para Formação de Arranjos Produtivos Locais – PAPL;
- Governo Federal – Duas Agências do Banco do Nordeste, sendo uma em Arapiraca e uma em Palmeira dos Índios; Agências ou Postos do Banco do Brasil em todos os municípios; CODEVASF, DNOCS, EMBRAPA, etc.
- Iniciativa Privada – Escritório Regional do SEBRAE-AL

Infraestrutura Social e Produtiva

Em Arapiraca e em Palmeira dos Índios, sede de microrregiões, encontra-se uma maior infra-estrutura de serviços sociais, como de saúde (Hospital Regional); Educação (Escolas Estaduais, através de rodovias estaduais e federais pavimentadas. Porém o acesso às comunidades rurais em muitos casos é precário, principalmente em época de chuvas. O abastecimento d'água é precário e, mesmo com a implantação da adutora do São Francisco, são poucas as comunidades rurais que dispõem de água encanada. A acesso a energia elétrica se dá em cerca de 70% das comunidades rurais, mas em muitos casos (em torno de 40%) é monofásica, servindo apenas para iluminação residencial e pública. Vale lembrar que com o Programa Luz para Todos, programa federal, o acesso à energia elétrica melhorou no território.

Quanto à infra-estrutura produtiva (agroindústrias; armazéns; silos; sistemas de irrigação, etc.), praticamente só existem ligados às cadeias produtivas do fumo, do leite e da mandioca. Em relação a esta última, chama atenção o grande número de casas de farinha paradas ou subutilizadas. Há também, algumas outras pequenas agroindústrias comunitárias nas mesmas condições, integrantes de outras cadeias produtivas. Os armazéns comunitários servem mais como centros comunitários para reuniões e eventos sociais.

Capítulo 3

Visão de Futuro

:

3. Visão de Futuro (2010 - 2020)

A visão de futuro consiste na identificação dos sonhos individuais e coletivos dos sujeitos que fazem parte do território. Ela surge de uma análise sobre a situação atual do território. A partir dessa análise, os participantes do processo de planejamento poderão se indagar, por exemplo, sobre onde querem chegar com o território nos próximos **dez anos**.

A visão de futuro terá como principal aspiração a integração (e a sensibilização / mobilização) dos diversos atores sociais do Território, para fortalecer, implantar, implementar, acompanhar, monitorar e incentivar as políticas públicas estruturadoras na perspectiva do desenvolvimento territorial rural sustentável do Agreste de Alagoas.

Foi definido como horizonte processual do desenvolvimento o tempo de **10 (dez) anos**, ou seja, o período de **2010 a 2020**.

Os atores sociais do colegiado territorial, de maneira participativa, durante as oficinas territoriais, construíram a seguinte Visão de Futuro do território do Agreste de Alagoas, imaginando um futuro desejado para o território. Ver a seguir:

Visão de Futuro:

O Território do Agreste de Alagoas, composto por dezenove municípios, apresenta um “índice zero” de analfabetismo, com uma boa infra-estrutura social em serviços de saúde, educação, abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica em todas as comunidades, e com estradas de boa qualidade interligando todos os municípios com os maiores centros urbanos do Nordeste.

Os/as agricultores/as familiares possuem acesso à terra e à documentação de legalização, e estão em permanente processo de capacitação tecnológica nos processos produtivos, agroindustriais e gerenciais.

Existe uma infra-estrutura de agroindústrias eficientes que beneficiam a produção, a qual é comercializada com valor agregado, gerenciadas por organizações cooperativas dos/as agricultores/as familiares.

Os serviços de crédito rural funcionam em tempo, com amplo acesso a todos/as os/as agricultores/as familiares, assim como a ATER, que atende com eficiência e eficácia.

Cerca de 50% do processo produtivo está referenciado na matriz agroecológica, com ações de conservação dos recursos ambientais e cumprimento da legislação ambiental. Existe uma organização territorial de reaproveitamento do lixo.

Existe uma infra-estrutura de irrigação que permite uma produção continuada, qualificada e diversificada, principalmente com a fruticultura.

A gestão social do território é realizada por uma organização representativa de todos os segmentos dos/as agricultores/as familiares, assim como de organizações governamentais e não governamentais.

Capítulo 4

Objetivos Estratégicos

4. Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos podem ser entendidos como grandes propósitos a serem alcançados pelos atores territoriais, no processo da transformação da realidade atual para o alcance da Visão de Futuro.

O PTDRS, através da implementação de suas ações, busca contribuir para alcançar os seguintes Objetivos Estratégicos:

OBJETIVO GERAL

Estabelecer as linhas estratégicas do desenvolvimento territorial do Agreste de Alagoas, através da formação do capital humano; do fortalecimento do capital social; e da dinamização econômica do território, referenciada na sustentabilidade ambiental, servindo como ferramenta ao processo de GESTÃO SOCIAL do Território.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 1 - Construir condições ambientais que favoreçam a sustentabilidade do desenvolvimento no território;**
- 2 - Reestruturar, organizar e desenvolver, de forma sustentável, as cadeias produtivas prioritárias do território;**
- 3 - Construir condições sócio-econômicas básicas para viabilizar o Desenvolvimento Territorial Sustentável;**
- 4 - Constituir uma rede territorial de serviços de apoio à produção sob o controle dos/as agricultores/as familiares;**
- 5 - Fortalecer e integrar as organizações de agricultores familiares em redes de cooperação.**

Capítulo 5

Diretrizes

5. Diretrizes

As Diretrizes podem ser identificadas como as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, visando enfrentar alguns desafios. As Diretrizes principais do PTDRS do Agreste de Alagoas são:

1. **Articulação permanente das ações e projetos propostos com as políticas públicas, em seus diversos níveis, a partir da ampla divulgação do Plano;**
2. **Gestão social do Plano mediante a participação democrática dos diversos atores, em todos os espaços de decisão;**
3. **Gestão participativa, democrática e qualificada dos projetos produtivos**
4. **A prioridade no desenvolvimento humano (qualificação técnica, política e social das pessoas, homens, mulheres, jovens);**
5. **A prioridade para os segmentos historicamente excluídos ou à margem das políticas públicas (agricultores e agricultoras familiares; indígenas; remanescentes quilombos; pescadores; assentados da reforma agrária);**
6. **O estabelecimento de parcerias com organizações governamentais e não governamentais, para a implementação das propostas.**

Capítulo 6

Eixos de Desenvolvimento

6. Eixos de Desenvolvimento

O entendimento básico para Eixo de Desenvolvimento pode ser aquelas atividades norteadoras do desenvolvimento sustentável do território, segundo os objetivos ou importância dentro de cada dimensão.

Evoluindo do conceito de cadeias produtivas para o de Eixos Aglutinadores do Desenvolvimento (de 2006 a 2010)

Os seguintes eixos de desenvolvimento denominados pelo coletivo como eixos aglutinadores foram definidos, inicialmente durante o processo de construção do PTDRS anterior, de 2006:

01 – MANDIOCA

02 – PECUÁRIA DE LEITE

03 – GRÃOS (MILHO/FEIJÃO)/OLEAGINOSAS

04 – FRUTICULTURA: MANGA/CAJU/PINHA/ABACAXI/BANANA/GRAVIOLA

05 – PEQUENOS ANIMAIS: OVINOS/CAPRINOS/AVES/SUÍNOS

06 – APICULTURA

07 – PISCICULTURA

08 – ARTESANATO

09 – REFLORESTAMENTO

10 – OLERICULTURA

11 – FUMO

Ao longo das discussões, o conjunto dos atores sociais envolvidos no processo de revisão do PTDRS, em 2010, foram entendendo que estas podem ser consideradas as cadeias produtivas prioritárias para o território, mas não necessariamente, os Eixos Aglutinadores. Estes seriam constituídos, segundo definições da oficina de elaboração do plano, que teve como base os objetivos específicos, construídos no momento e acima referidos. Diante disso, os Eixos Aglutinadores de Desenvolvimento definidos, em 2010, portanto, foram os seguintes:

- **Conservação e uso racional dos recursos naturais;**
- **Fortalecimento das cadeias produtivas;**
- **Melhoria da infra-estrutura e serviços públicos;**
- **Fortalecimento do capital social.**

Capítulo 7

Programas e Projetos

7. Programas e Projetos

Os programas podem ser entendidos como um conjunto de projetos interdependentes, coordenados de modo a produzirem os resultados desejados, segundo a natureza dimensional ou multidimensional dos eixos de desenvolvimento.

Todos os programas devem se caracterizar pela sua ligação com os objetivos e benefícios dos projetos, para que possam alcançar não somente o seu entendimento, mas também os resultados desejados.

OBJETIVO 1 - Construir condições ambientais que favoreçam a sustentabilidade do desenvolvimento no território

EIXO AGLUTINADOR	AÇÃO (Idéias para a elaboração de Projetos)
EIXO 1: Conservação e uso racional dos recursos naturais	Implantação de unidade de reciclagem/tratamento de lixo
	Implantação de unidades de recuperação e conservação ambiental, em parceria com entidades governamentais e não governamentais.
	Construir um canal de irrigação que atenda boa parte do território
	Ampliação da Adutora do Agreste para que atenda a todas as necessidades de água, nas zonas urbanas e rurais;
	Implantar centrais de tratamento de água
	Implantação e ampliação de programas e projetos voltados para convivência com o semi-árido (captação água de chuva);
	Criação de estratégias para participação, monitoramento na elaboração dos planos municipais de saneamento;
	Estruturação de equipe (territorial) para a elaboração de projetos ambientais.
	Realização de campanhas anuais de educação ambiental
	Elaboração de projeto de recuperação e proteção das nascentes e minas do território, reflorestamento das matas ciliares e revitalização de rios
	Implantação da coleta seletiva de lixo
	Promoção de eventos (sistemáticos) para estudo e divulgação da lei orgânica dos Municípios com enfoque que contemple as questões ambientais;

OBJETIVO 2 - Reestruturar, organizar e desenvolver, de forma sustentável, as cadeias produtivas prioritárias do território.

EIXO AGLUTINADOR	AÇÃO (Idéias para a elaboração de Projetos)
EIXO Fortalecimento das cadeias produtivas	Recuperação e dinamização de agroindústrias comunitárias
	Implementação de um plano de capacitação para grupos ou associações gestoras de agroindústrias
	Implantação do centro de desenvolvimento tecnológico da agroindústria familiar
	Construção de uma central de comercialização (compra e venda) e distribuição dos produtos da agricultura familiar
	Implantação e/ou adequação de matadouros municipais e intermunicipais, para grande e pequenos animais, de acordo com as normas do SIF
	Divulgação de toda estrutura sistemática e desenvolvimento das atividades, tornando publica as ações do território;
	Implantação do Sistema Unificado Atenção Sanidade Agropecuária (Sistema de Inspeção Municipal integrado)

EIXO AGLUTINADOR	AÇÃO (Idéias para a elaboração de Projetos)
EIXO Fortalecimento das cadeias produtivas	Elaboração de diagnóstico e plano de recuperação para as agroindústrias comunitárias
	Elaborar projeto de integração da cadeia produtiva entre a indústria e Agricultores Familiares.
	Criação de espaços, nas feiras livres, para a agricultores familiares e suas organizações
	Mobilização pelo funcionamento da Agencia de Defesa Agropecuária.

OBJETIVO 3 - Construir condições sócio-econômicas básicas para viabilizar o Desenvolvimento Territorial Sustentável

EIXO AGLUTINADOR	AÇÃO (Idéias para a elaboração de Projetos)
EIXO Melhoria da infra-estrutura e serviços públicos	Implantação das Diretrizes Operacionais para a educação básica das Escolas do Campo- DOEBEC nas escolas estaduais (proposta de educação rural contextualizada)
	Implantação de cursos superiores voltados para a agricultura familiar e desenvolvimento rural, nas escolas unidades públicas de ensino (UFAL, IFAL, UNEAL)
	Implantação de energia elétrica nas comunidades onde ainda não tem
	Aumentar o potencial de energia elétrica nas comunidades que já tem energia mas de baixa qualidade;
	Implantação de experiências de novas fontes de energia renováveis com destaque a utilização da Biomassa, energia solar e eólica
	Assistência técnica efetiva e eficaz para os agricultores familiares;
	Construção de armazém comunitário para a estocagem dos produtos da Agricultura Familiar
	Construção de poços tubulares para abastecer as comunidades e a infra-estrutura produtivas dessas localidades;
	Melhoria no acesso as comunidades para facilitar o escoamento da produção;
	Implantação de uma escola agrotécnica voltada para os filhos de agricultores familiares com perfil agroecológico;
	Implantação de cursos superiores voltados para professores que moram ou trabalham em escolas do campo, nas unidades publicas de ensino UFAL, UNEAL e IFAL;
	Implantação de cisternas para a captação de água pluvial para as escolas e comunidades que não tenham água potável e também como medida racional.
	Implantação das Diretrizes Operacionais para a educação básica das Escolas do Campo- DOEBEC nas escolas municipais (proposta de educação rural contextualizada)
	Implantação de cursos técnicos voltados para a agricultura familiar e desenvolvimento rural, nas unidades públicas de ensino (UFAL, IFAL, UNEAL)
	Recuperação, sinalização e manutenção das estradas vicinais
	Implantação de programa radiofônico (15 minutos)

OBJETIVO 4 - Constituir uma rede territorial de serviços de apoio à produção sob o controle dos/as agricultores/as familiares

EIXO AGLUTINADOR	AÇÃO (Idéias para a elaboração de Projetos)
EIXO Fortalecimento das cadeias produtivas	Estruturação das cooperativas de crédito do território
	Implementação de um serviço de ATER eficiente e eficaz
	Criação de bancos de sementes municipais, com a participação das organizações do segmento
	Capacitação e formação técnica de Agricultores Familiares
	Implantação de novas agroindústrias familiares de leite e outros
	Divulgação de toda estrutura sistemática e desenvolvimento das atividades, tornando publica as ações do território;
EIXO AGLUTINADOR	AÇÃO (Idéias para a elaboração de Projetos)
EIXO Fortalecimento das cadeias produtivas	Realização de campanha de conscientização dos agricultores para aplicação do crédito
	Constituir uma cooperativa de ATER para o território
	Credenciamento de municípios para elaboração e acompanhamento dos projetos

OBJETIVO 5 - Fortalecer e integrar as organizações de agricultores familiares em redes de cooperação

EIXO AGLUTINADOR	AÇÃO (Idéias para a elaboração de Projetos)
EIXO Fortalecimento do capital social do território	Elaborar plano de negócio com viabilidade técnica para especialização das cooperativas
	Criação de uma Central de Cooperativas do Agreste
	Constituição de um Fórum das organizações da Agricultura Familiar
	Definição do papel das organizações da Agricultura Familiar e estratégias de atuação
	Formação continuada em Educação Contextualizada para coordenadores e professores;
	Produção de material didático contextualizado;
	Elaborar plano de formação sócio política para os atores sociais do território contemplando todos os eixos aglutinadores do PTDRS, dando forma a uma proposta de Educação Contextualizada;
	Realizar formação continuada para as organizações do território a partir do plano de formação sócio-política;
	Estimular a formação de organização e fóruns da juventude como estratégia de mobilização social no território que tem em vista a formação de novas lideranças que detenham princípios e valores da ação coletiva, respeito ao meio ambiente e a vida, questões de gênero, etnia e auto-sustentabilidade;
	Garantir o monitoramento e a avaliação da gestão do colegiado a partir dos princípios da coletividade e compromisso social.
	Aquisição de equipamentos que facilite as atividades das comissões municipais de educação do campo;
	Maior responsabilidade dos gestores públicos para com a educação do campo;
	Que os coordenadores da educação do campo não sejam rotativos;
	Incentivo a ações/projetos de sustentabilidade envolvendo pais de alunos a partir do potencial das comunidades rurais.
	Mapeamento das práticas de educação popular me saúde no território
	Articulação entre os Conselhos de Saúde Municipais
	Articulação Territorial dos Núcleos da Promoção da Saúde

Capítulo 8

Proposta de Gestão do Plano Territorial

8. Proposta de Gestão do Plano Territorial

A gestão do plano se caracteriza, sobretudo, pela responsabilidade do colegiado perante a implementação do PTDRS. Para isso, deverá se estruturar de alguma forma (câmaras temáticas, comitês, núcleos, grupos de trabalho, dentre outros) e constituir um instrumento de gestão que seja capaz de articular, acompanhar e monitorar o processo.

No início do processo de desenvolvimento territorial, EM 2003, foi criada a Comissão de Instalação das Ações Territoriais – CIAT responsável por organizar, mobilizar, representar e definir as principais ações territoriais do agreste, Além de participar do processo de construção do PTDRS. A CIAT era composta por plenária, núcleo diretivo e núcleo técnico.

Em 2006, o Colegiado Territorial elaborou o seu primeiro PTDRS. Em relação ao PTDRS elaborado em 2006, o colegiado territorial definiu alguns elementos para a gestão social do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Com a transformação do território do Agreste em Território da Cidadania, a CIAT passa a ser denominada em Colegiado de Desenvolvimento Territorial CODETER composto por organizações não governamentais e governamentais. Nesse processo de reestruturação, também foram criadas as Câmaras Temáticas responsáveis para auxiliar o colegiado territorial. O conjunto do colegiado e as câmaras temáticas formam o pleno do colegiado do território do Agreste.

Em 2009 / 2010, durante as oficinas de revisão do PTDRS, os membros do colegiado territorial fizeram uma atualização da compreensão e proposição sobre a gestão do Plano. Neste sentido, o primeiro desafio é fortalecer a organização do colegiado territorial.

No final de 2009 foi construído coletivamente uma matriz de planejamento a fim de organizar e priorizar ações estratégicas para o plano de desenvolvimento territorial. Nesta matriz foram estabelecidas as seguintes demandas estratégicas de fortalecimento da organização do colegiado:

- Organização das Câmaras Temáticas (CT).
- Organização e Socialização legitimada do Regimento Interno (R.I).
- Requalificação do PTDRS.
- Capacitação das Câmaras Temáticas (C.T).
- Elaboração de Projetos.
- Proposta de composição e viabilização do Núcleo Técnico (NT).
- Comunicação e documentação do CODETER.
- Marketing do CODETER.

- Gestão do Planejamento.

A composição do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Agreste de Alagoas pode ser observada no quadro seguinte:

Organizações que compõem o colegiado de desenvolvimento territorial do Agreste Alagoano, em 2010.

Organizações Representantes da Sociedade Civil.	
Cooperativas.	COOPERAGRE - Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano.
	COMPETEC - Cooperativa Mista dos Profissionais em Educação Tecnológica de Palmeira dos Índios.
	COOPERAGRO - Cooperativa Agropecuária de Campo Grande.
	CARPIL – Cooperativa dos Produtores de Leite de Palmeira dos Índios e Região.
	COOPCRAL – Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Central de Alagoas LTDA.
	COOPERBONI - Cooperativa dos Pequenos Agricultores do Povoado Bonifácio.
	COOPERAL - Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Arapiraca.
Organizações Sindicais.	FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas.
	Pólo Sindical do Agreste.
	STTRs – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (Estrela de Alagoas, Arapiraca, Coité do Nóia, Taquarana, São Sebastião, Feira Grande, Olho d' Água Grande, Limoeiro de Anadia e Campo Grande).
Federações e Associações de Agricultores Familiares.	FACOMIG – Federação das Ações do Município de Igaci.
	UNAE – União das Associações de Estrela.
	FACOGIP – Federação das Associações Comunitárias de Moradores do Município de Girau do Ponciano.
	FECON – Federação das Entidades Cívis Comunitárias do Município de São Sebastião.
	FACTAL – Federação das Associações Comunitárias de Traipu.
	FACOMPI – Federação das Associações Comunitárias do Município de Palmeira dos Índios.
	AMIGREAL – Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas.
Movimentos Sociais.	MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

	MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
	Indígenas de São Sebastião –
	MMC – Movimento das Mulheres Camponesas.
ONGs – Organizações não Governamentais.	SOMAR – Sociedade de Aprendizagem da Participação.
	FUNDAF – Fundo Para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar.
	AAGRA – Associação de Agricultores Alternativos.
	Movimento Pro - Desenvolvimento Comunitário – Palmeira dos Índios.
	CÁRITAS diocesana Palmeira dos Índios.
Povos Tradicionais	RECASA – Rede de Educação do Agreste e Semiárido.
	Quilombolas – Sítio Carrasco / Arapiraca.
	Quilombolas – Sítio Mameluco / Taquarana.
Organizações Representantes Governamentais	
Municipais.	Prefeituras de Arapiraca, Palmeira dos Índios, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Olho d'Água Grande, Taquarana, Coité do Nóia, Traipu, Limoeiro de Anadia, São Sebastião, Junqueiro.
Atuação Estadual	UFAL – Universidade Federal de Alagoas.
	UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas.
	BNB – Banco do Nordeste.
	BB – Banco do Brasil
	SEAGRI – Secretaria de estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário.
Órgãos Federais	CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.
	MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária.
	MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
	CODEVASF -Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.
	Município de Campo Grande. Conselho do Programa Bolsa Família.
Representantes dos Conselhos Municipais	Estrela de Alagoas. CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.
	Taquarana CONDERUTA – Conselho Municipal do Meio Rural Sustentável de Taquarana.

Capítulo 9

Considerações Finais

9. Considerações Finais

Em 2006, este PTDRS foi construído tendo como referência a idéia do planejamento ascendente. Nesse processo de revisão, quatro anos depois, em 2010, o coletivo ainda o considera como um produto inacabado. Este documento, não se constitui em um ponto de chegada, mas torna-se ponto de partida coletivo para as fases do processo de desenvolvimento territorial. Isso se expressa na Visão de Futuro e na sua releitura, quando os atores sociais definiram e reafirmaram um conjunto de ações para construir um futuro com melhores condições de vida para os agricultores, suas famílias e demais habitantes do Agreste de Alagoas.

Vale destacar nesse processo territorial, a caminhada de mobilização e articulação da Rede de Educação Contextualizada do Agreste e Semiárido-RECASA no território. Vejam declarações dos participantes do Colegiado:

“É possível afirmar que, a partir da RECASA, o território do Agreste está mobilizado para construir uma nova possibilidade de educação que prime pelo resgate e valorização da cultura de seu povo e que isso gere auto-sustentabilidade, tudo isso com a participação da educação”.

“O apoio do MDA através da estratégia de organização territorial tem ajudado bastante, sem deixar de mencionar ainda o aporte financeiro para os projetos. Assim, a RECASA, que articula a Câmara temática de educação, deverá dar continuidade às ações envolvendo ainda mais outros atores, principalmente as universidades, para protagonizarem esse processo de transformação e que conseqüentemente irá melhorar nossos indicadores educacionais e sociais.”

O processo de revisão proporcionou também um espaço para as avaliações do colegiado de desenvolvimento territorial a fim de construir estratégias para a consolidação de participação e controle social territorial. As questões relacionadas ao PTDRS de mobilização e sensibilização dos parceiros em torno dos projetos relacionados ao território do Agreste passa prioritariamente pelo modelo de gestão e controle social que o território aponta. O colegiado e a atuação das câmaras temáticas são a essência e o eixo condutor desse processo para que o PTDRS seja ampliado, participativo e vivo

Pode-se reafirmar o PTDRS enquanto instrumento de orientação para a ação das próprias organizações com atuação no território. Este plano, também se constitui em um instrumento de comunicação com instituições que estão fora do território, na articulação e formação de parcerias para as ações territoriais.

Bibliografia Referencial

Bibliografia Referencial

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. MDA/IICA-Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar/CONDRAF/NEAD: 2005 (documento institucional nº 2).

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referência para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. MDA/IICA-Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar/CONDRAF/NEAD: 2002 (texto para discussão 4).

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referência para a Gestão Social de Territórios Rurais**. MDA/IICA-Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar/CONDRAF/NEAD: 2005 (documento institucional nº 3).

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referência para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. MDA/IICA-Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar/CONDRAF/NEAD: 2005 (documento institucional nº 1).

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Anuário Estatístico da Educação de Alagoas**. Maceió. 2008;

Secretaria de Estado do Planejamento. **Anuário Estatístico de Alagoas**. Maceió. 2009

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Brasília. Agosto de 2009.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola. Documento contendo **diagnóstico da implementação dos projetos apoiados pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais entre os anos de 2003 e 2009 nos Territórios da Bacia Leiteira e Agreste no Estado de Alagoas**. 2010. Consultor: Santos, V.R. PCT/BRA/IICA/07/009 Desenvolvimento Territorial. Mimeo.

PNUD; IPEA; Fundação João Pinheiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro, 2000.

SCHOBBER, Juliana. **Preservação e uso racional do único bioma exclusivamente nacional**. Cienc. Cult., São Paulo,.2002.

Sites visitados:

www.mda.gov.br

www.ibge.gov.br

www.portaldatransparencia.gov.br

www.portalodm.com.br

www.pnud.org.br

